

Ponta de Lança

REVISTA ELETRÔNICA DE HISTÓRIA, MEMÓRIA & CULTURA

Ano 4 Nº7 Out. 2010/ abr. 2011



Universidade Federal de Sergipe

HPNet
Grupo de Pesquisa História
Popular do Nordeste

A **Revista Eletrônica Ponta de Lança** é uma publicação do Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste do Departamento de História e do Mestrado em Letras da Universidade Federal de Sergipe. Sua proposta é constituir-se em veículo interdisciplinar voltado para o debate sobre História, Memória e Cultura, com ênfase na História do nordeste, compreendida tanto no seu aspecto diacrônico (esfera da história tradicional) quanto no seu aspecto sincrônico (onde a história é uma história do tempo presente).

Endereço para Correspondência: Universidade Federal de Sergipe Centro de Educação e Ciências Humanas Departamento de História Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos” Av. Marechal Rondon, s/n – Rosa Elze – São Cristóvão/Sergipe CEP: 49.100-000 Telefone: (79) 2105-6740 e-mail: hpopnet@uol.com.br

Fotografia da Capa: Mosqueiro – Foto: Fernando Sá

Revisão Técnica dos abstracts: Prof. Dr. Samuel Cohn (Texas A&M University/USA)

Revisora: Profa. Dra. Lêda Pires Corrêa

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá (DHI/UFS) – Editor

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos (DFL/UFS)

Prof. Dr. Marcos Silva (DHI/UFS)

Prof. Dr. Hamilcar Silveira Dantas Junior (DEF/UFS)

Prof^ª. Dra. Lêda Pires Corrêa (DLE/UFS)

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dra. Ana Pratesi (Universidad Nacional de Misiones – Argentina)

Prof. Dr. Berthold Zilly (Universidade de Berlim/Alemanha)

Prof. Dr. Francesco Lazzari (Universidade de Trieste/Itália)

Prof. Dr. Jorge Nóvoa (Universidade Federal da Bahia)

Prof. Dr. Luiz Bernardo Pericás (Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos/SP).

Prof^ª. Dra. Miriam Rossini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. Samuel Cohn (Texas A&M University/USA)

Prof. Dr. Victor Melo (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Prof^ª. Dra. Vanessa Maria Brasil (Universidade de Brasília)

Prof. Mestre Victor Leonardi (Professor Aposentado da Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Erivaldo Fagundes Neves (Universidade Estadual de Feira de Santana-BA)

Prof. Dr. Héctor Domínguez-Ruvalcaba (University of Texas/Austin)

FICHA CATALOGRÁFICA

Ponta de Lança: história, memória & cultura [recurso eletrônico] / Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste. - Vol. 4, n. 7 (out. 2010 – abr 2011) – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste, 2007–

Semestral

1. História cultural. 2. História da memória. 3. Brasil – Nordeste.

I. Título.

CDU 930.85(812/813)(05)

Proibida a reprodução total ou parcial de qualquer artigo sem a prévia autorização do Editor. Todos os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à revista.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO5

ARTIGOS

HISTÓRIA ORAL E POLÍTICA: DIÁLOGO COM DEPOENTES9

José Ibarê Costa Dantas

**DROYSEN: REVISITANDO UM PERFIL HISTORIOGRÁFICO A PARTIR DE
UMA METÁFORA MUSICAL**25

José D'Assunção Barros

AS IDEIAS DE PROGRESSO NO SETOR AGROPECUÁRIO SERGIPANO47

Lourival Santana Santos

DIVERSIDADE CULTURAL: O caso brasileiro67

Justino Alves Lima

COMUNICAÇÃO DE PESQUISA

CONFLITOS NA COMARCA DE CARINHANHA: Os significados da violência85

Rafael Sancho Carvalho da Silva

RESENHAS

PRATA DA CASA.....101

Eduardo Lopes Teles

APRESENTAÇÃO

A Revista *Ponta de Lança* chega ao seu sétimo número ratificando seu compromisso em socializar as produções científicas dos campos de história, memória e cultura, estimulando o debate acadêmico, os diálogos interdisciplinares e os múltiplos espaços de investigação e de atuação de seus colaboradores.

A seção Artigos inicia com uma fecunda reflexão sobre os recônditos da memória e os usos da mesma na investigação historiográfica por parte de um dos grandes historiadores sergipanos, Ibarê Dantas. Evocando sua experiência como historiador, notadamente da História Política, o autor expõe o aprendizado construído nos entremeios dos documentos escritos, das entrevistas com personagens e tipos humanos de trajetórias, experiências e memórias diversificadas e plurais.

Em um estudo de maior fôlego teórico, José D'Assunção Barros, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, desenvolve considerações sobre as especificidades dos modos de pensar a História do historiador alemão do século XIX, Gustav Droysen. Usando a metáfora musical do “acorde teórico”, Barros busca a identidade teórica do historicismo de Droysen, a partir de sua principal obra *Historik*.

O artigo seguinte, de autoria de Lourival Santana Santos, da Universidade Federal de Sergipe, apresenta uma contribuição à História do pensamento das elites agrárias de Sergipe na transição do século XIX com o XX. O historiador sergipano analisa o papel do Imperial Instituto Sergipano de Agricultura e da Associação Sergipana de Agricultura na defesa das necessidades do setor agrário local, a exemplo de ensino agrícola, estradas, colonização, inovações técnicas e ordenamento do trabalho. Entretanto, de modo contundente, o estudo demonstra como as elites agrárias sergipanas, inebriadas pelo discurso positivista do Progresso acreditavam no desenvolvimento natural do setor na resolução dos seus problemas. O texto do bibliotecário da Universidade Federal de Sergipe, Justino Alves Lima, a partir de quatro eixos de significação - raça, crença, festividades e culinária - aborda a questão da diversidade cultural no Brasil. Tal diversidade, subsidiada por representações simbólicas, é discutida e revelada com base na perspectiva da integração sócio-econômico-cultural brasileira.

Na Seção de Comunicações Científicas, Rafael Sancho Carvalho da Silva nos brinda com as primeiras reflexões de sua Dissertação de Mestrado em História, atualmente em curso na Universidade Federal da Bahia. O instigante estudo sobre a violência na comarca de Carinhanha, no sertão da Bahia, está focado em dois casos: os ataques aos soldados que

patrulhavam a vila de Carinhanha, em 1876, por um grupo liderado por José de Naninha e o assassinato de José Joaquim Maciel, em 1879, após a invasão do Arraial de Santa Maria, na Comarca, pelo grupo de Severiano Magalhães.

Por fim, na seção de Resenhas, o mestrando em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe, Eduardo Lopes Teles, nos apresenta o livro de Beatriz Gois Dantas e Verônica Nunes. *Destinatário: Felte Bezerra – cartas a um antropólogo sergipano (1947-1959 e 1973-1985)*, publicado em 2009 pela Editora UFS. Traçando a biografia e obra do intelectual sergipano, o resenhista demonstra como as autoras, a partir da análise das correspondências de Felte Bezerra, desnudam sua notória contribuição ao desenvolvimento do pensamento antropológico no Brasil, notadamente a partir do diálogo tecido com eminentes intelectuais nacionais e internacionais, a exemplo de Gilberto Freyre, Câmara Cascudo, Donald Pierson, Emílio Willems e Roger Bastide.

Boa Leitura!

ARTIGOS

HISTÓRIA ORAL E POLÍTICA: DIÁLOGO COM DEPOENTES

José Ibarê Costa Dantas

Historiador

Mestre em Ciências Políticas pela Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP)

Professor Aposentado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade
Federal de Sergipe

E-mail: jibare@infonet.com.br

RESUMO

Este trabalho evoca minha experiência de 38 anos como historiador que construiu seus trabalhos no campo da História Política, quase sempre complementando suas pesquisas documentais com entrevistas de personagens com vivência significativa nos acontecimentos. No conjunto, apesar da variedade de tipos humanos, das trajetórias e experiências diversificadas, das memórias diferenciadas e das visões de mundo diferentes, plasmando suas representações específicas, ficou um longo e valioso aprendizado.

Palavras-chave: História Oral, História Política de Sergipe, memória.

ABSTRACT

This work discusses thirty eight years of the work of the historian Ibarê Dantas who worked in the area of political history. He always complemented his documentary work with interviews of informants with vivid recollections of historical events. Overall, despite the variety of characters, historical trajectories, and diverse experiences, memories and world views that populated his specific accounts, he produced a long and valuable body of learning.

Key words: Oral History, Political History of Sergipe, Memory

O debate sobre história oral atravessou três décadas, dividindo os teóricos, mas enriquecendo o campo da pesquisa. Vasta literatura foi produzida, enaltecendo suas práticas de um lado e, de outro, apresentando restrições ao seu uso. Na tentativa de qualificar esse novo ramo da investigação histórica, a controvérsia se estabeleceu, cada qual com postura específica. Uns viam como técnica, outros como metodologia e chegou ao ponto de alguns considerarem uma disciplina própria.¹

Embora reconhecendo a importância desse debate, sobretudo quanto às revelações das potencialidades da História Oral, pretendo restringir-me nesta comunicação a narrar minha experiência com os depoentes ao longo de minha faina de escrever livros no sentido de oferecer uma contribuição à História de Sergipe.

Para tanto, é oportuno desde logo apresentar algumas informações prévias com o fim de facilitar o entendimento.

Quando frequentava o último ano do curso de História em 1970, um professor da USP, José Sebastião Witter, veio ministrar uma semana de palestras sobre a História do Brasil e, sabendo da ocorrência de revoltas na década de 1920, despertou-me para a investigação sobre o movimento tenentista em Sergipe.

Devemos lembrar que na campanha sucessória do governo Epitácio Pessoa, surgiu, em outubro de 1921, a questão das cartas falsas que indispos os militares contra os políticos civis, resultando na Revolta do Forte de Copacabana em 1922. A derrota dos amotinados não encerrou as inconformidades. Antes pelo contrário, as punições e os processos que se abriram contra os envolvidos contribuíram para que as articulações e as conspirações prosseguissem até quando rebentou a Revolta de 05 de julho de 1924 em São Paulo. Quando o governo federal pedia tropas a Sergipe para combater os revoltosos, um grupo militar do 28º BC, que já vinha demonstrando descontentamentos com a política vigente, decidiu rebelar-se em solidariedade ao movimento paulista. As tropas saíram às ruas, investiram contra o Quartel da Polícia e contra o Palácio, mataram os sentinelas, prenderam o governador, auxiliares e formaram uma Junta Governativa

¹ Sobre a História Oral, a bibliografia já é extensa. Limitei-me, no final, em relacionar algumas obras que me serviram de subsídio diretamente.

composta de quatro oficiais que governaram o Estado por 21 dias, ao final dos quais a Revolta foi debelada.

Os participantes foram presos, processados e, antes de serem levados a júri, os líderes revoltosos, mesmo recolhidos ao quartel, voltaram a rebelar-se. Maynard, o principal líder, foi ferido, onze pessoas foram mortas, os amotinados foram presos e pouco depois enviados à Ilha da Trindade. Mais tarde, quando voltaram, foram submetidos a júri, liberados, participaram da Revolução de 1930 e passaram a governar.

Foi esse movimento vitorioso que estudei no meu livro *O Tenentismo em Sergipe*, publicado, em 1974, pela editora Vozes de Petrópolis /RJ (DANTAS, 1974).

Depois da sugestão do professor Witter, restava enfrentar o fantasma do passado, seguindo os ensinamentos de Marrou quando dizia: “o passado apresenta-se a ele [o historiador] como um vago fantasma, sem forma nem consistência; para o apreender é preciso encerrá-lo estreitamente numa rede de perguntas sem escapatória, obrigá-lo a confessar-se.” (MARROU, s/d, p. 53).

Depois de fazer uma pequena pesquisa exploratória nos jornais, ainda em 1970, ouvi o primeiro depoente. Na época, eu trabalhava no Banco do Brasil e conhecia de vista um ex-funcionário do Banco que me falou dos fatos e do clima da ocasião.

Foi uma entrevista improvisada sem gravador, cujos dados não utilizei no texto. Mas, para mim, este primeiro encontro teve um efeito simbólico e emocional grande. Influenciado pelos ensinamentos de Marc Bloch (1965), H. I. Marrou e Lucien Febvre (1953), passei a ver na investigação da história uma prática elevada e a descoberta do passado fascinante. Recordo-me que me marcaram alguns trechos da obra de Marrou nos quais ele chamava atenção para os pressupostos da compreensão, como a simpatia e a paciência. A simpatia, enquanto disposição para entender os motivos que levaram à determinada ação. A paciência no sentido de interrogar o documento, interpretar seu significado, fazê-lo falar, mostrar como é (MARROU, s/d, p. 93). Entendi que esses princípios poderiam ser aplicados também para os entrevistados.

Ao ouvir esse primeiro depoente falar de um tempo pretérito, com detalhes de suas vivências, aquelas informações ricas em nuances e particularidades me despertaram para a importância dos depoimentos orais como complemento das pesquisas em documentos escritos.

Entretanto, uma vez formado, considerando necessária a experiência do ensino, tentei o magistério no Colégio Castelo Branco no Bairro Industrial, no curso secundário. Como trabalhava pela tarde e ensinava a duas turmas, uma pela manhã e outra pela noite, encontrei dificuldade em conciliar o ensino e o trabalho com a pesquisa. Por isso, alguns meses depois, pedi demissão do Colégio e passei a dividir meu tempo entre o Banco e o estudo.

Minha rotina então era a seguinte: pela manhã consultava os jornais na Biblioteca Pública Estadual, à tarde trabalhava no Banco e à noite dedicava-me à leitura.

Investigando os fatos há menos de cinquenta anos da Revolta de 1924, ainda havia alguns sobreviventes lúcidos, detentores de boa memória e com experiências ricas e variadas.

Elaborava um questionário sobre os problemas que vinham se acumulando com as fontes escritas, persuadia-o a receber-me sob o pretexto de que estava estudando o movimento para resgatar sua história e quase sempre era bem recebido. Alguns reagiam à presença do gravador, mas em geral terminavam cedendo.

Em 1971, entrevistei quatro pessoas, três das quais foram militares. Um deles não se incorporou ao movimento. Era o tenente José Correia que, na madrugada de 19 de janeiro de 1926, ia sendo assassinado por um revoltoso, ação evitada pelo próprio líder, Augusto Maynard Gomes. Entre os participantes, um deles continuou no Exército, ingressou no Partido Comunista, foi preso diversas vezes e teve uma atuação política participativa e ativa. Um aspecto que transparecia nos depoimentos desses militares era um certo orgulho de haver integrado um movimento que visava reformar os costumes políticos do Brasil. Como o processo tornou-se vitorioso, a maioria dos entrevistados evocava aquele tempo com sentimento de ufanía.

Um civil, simpatizante da Revolta de 1924, fazia questão de dizer: “fomos livres 21 dias, separados do mundo”, referindo-se ao período em que a Junta Governativa geriu a administração pública. Outro considerava sua missão de combate aos cabras do coronel Francisco Porfírio de Propriá como um feito grandioso. E lembrava o telegrama que passaram para a Junta Governativa em Aracaju: “Acabo bombardear Carmo. Sigo Japaratuba.”

Ainda em 1971, depois de certa resistência, entrevistei uma filha de Maynard, que me revelou em detalhes um pouco da trajetória do pai e os dramas familiares com a morte prematura da mãe e as prisões sofridas pelo genitor.

Alguns dos depoentes, além de fornecerem-me informações orais, confiavam-me preciosos documentos, fotos, cartas, boletins do período da intervenção.

No ano de 1972, já estava bem encaminhada a pesquisa em documentos escritos, tendo inclusive consultado todos os jornais disponíveis de 1901 até 1930. Ao saber que ainda havia um sobrevivente da Junta Governativa morando em São Paulo, consegui seu endereço e, em férias do Banco, fui ouvi-lo. Ao chegar, telefonei-lhe. Resistiu em receber-me, mas terminei ouvindo-o por mais de uma hora. Tudo isso foi me permitindo captar os propósitos nem sempre bem definidos do movimento, seus problemas e suas limitações dentro das concepções da época.

Ademais, encontrei em Sergipe mais dois militantes do movimento tenentista. O militar serviu também no Rio de Janeiro e contou-me fatos interessantes, inclusive sobre o período que antecedeu a primeira Revolta. Mas nenhum depoimento revelou-se tão fecundo como o do civil Sálvio Oliveira. “Nascido em Cícero Dantas (BA), chegou a Aracaju em 1911 e aqui vivia exercendo a atividade de comerciante, quando a campanha da Reação Republicana despertou-o para as mazelas políticas. Assistiu de longe aos acontecimentos de 13 de julho sem alguma simpatia que guardasse na lembrança. Após a Revolta, condicionado pelo ambiente em que vivia, começou a simpatizar com o movimento dos *tenentes*” (DANTAS, 1974, p. 161-162), aproximou-se de Maynard, tornaram-se amigos e confidentes.

Quando o líder tenentista foi transferido da Ilha de Trindade para o Rio de Janeiro, desta capital Maynard enviou a Sálvio várias cartas expressivas, que transcrevi na segunda parte do meu livro.

Conheci Sálvio Oliveira, em 1972, já octogenário. Homem sóbrio, criterioso, foi diretor do Tesouro do Estado em governos de tendências diferentes e aposentou-se muito conceituado pela sua integridade moral. Ao contrário da grande maioria dos sobreviventes que continuava com uma postura um tanto romântica do movimento, esse participante, ao longo do tempo, aprendeu a analisar a política de forma distanciada, como um observador desapaixonado, desprovido de ilusões e com muito senso de realidade. Foi o depoente que mais ouvi ao longo dos anos de 1972 e 1973. De início,

gravava nossas conversas, mas como a transcrição tomava muito tempo, passei a conversar amistosamente sem a presença do gravador, depois reproduzia suas afirmações mais significativas e pedia-lhe para assinar após a leitura.

Como eu tinha uma grande preocupação com a veracidade das informações, fiz vários testes, confrontando seus dizeres com a documentação de que dispunha, comparando suas próprias afirmações e jamais detectei qualquer contradição. Apesar de ter memória privilegiada, costumava dizer isso não sei, “isso não tenho segurança.” De tanto conversarmos, viramos amigos e, anos depois, assisti sem declínio físico, frequentando sua casa. Foi um homem de grande envergadura moral que muito me ensinou com sua experiência de vida, fazendo-me lembrar uma frase de Walter Benjamin (1994, p. 198), “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores”.

Com sua grande ajuda, pude compreender melhor o espírito do movimento tenentista, ou seja, o clima da época, os sentimentos, as expectativas dos seus participantes.

Depois que publiquei *O Tenentismo em Sergipe*, em 1974, recebi convite da direção da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* da Universidade Federal de Minas Gerais para escrever sobre as eleições de 1974 em Sergipe. Nunca soube quem me indicou. Uma possibilidade teria sido o professor Bonifácio Fortes, que vinha escrevendo sobre os pleitos eleitorais no Estado desde 1960.

Levantei os acontecimentos da campanha pela imprensa, coletei os dados do TRE-SE e ouvi alguns políticos, entre os quais José Carlos Teixeira, principal liderança da oposição em Sergipe, que me concedeu um depoimento longo e rico, servindo de subsídio valioso para compreender a difícil trajetória do MDB a partir de 1966.

Foi a primeira experiência em analisar um acontecimento contemporâneo, as eleições de 1974, que provocaram entusiasmos dos divergentes e descontentamentos por parte dos simpatizantes do domínio militar.

Se antes, com as pesquisas para o *Tenentismo*, já estava animado com os estudos de política, essa aprendizagem estimulou-me ainda mais. Assim que concluí o trabalho, abriu-se uma vaga para Sociologia na Universidade Federal de Sergipe. Prestei concurso, fui aprovado e contratado no início de novembro de 1975. Transcorridos dois anos de ensino, deixei o emprego de 13 anos no Banco do Brasil e submeti-me a uma seleção de Mestrado na Unicamp em Ciência Política. Inicialmente, cogitei em estudar o

movimento operário em Sergipe, mas terminei optando por analisar *As Políticas das Interventorias em Sergipe 1930/1945*, ou seja, como os ex-tenentes governaram.

Enquanto, para escrever o *Tenentismo*, entrevistei onze pessoas ao longo de quatro anos, embora, como disse, alguns por diversas vezes, dessa vez colhi depoimentos de quinze cidadãos, entre os quais seis intelectuais conceituados que tiveram alguma vivência no período. O fato é que oito dos quinze entrevistados dispunham de experiência da atividade em órgão público, entre os quais Silvério Fontes, Cabral Machado, Osman Hora Fontes, Fernando Porto, que, em geral não se detinham aos fatos, mas apresentavam uma visão interpretativa mais sofisticada.

Como meu objeto de estudo era compreender a relação dos interventores com os grupos sociais, interessou-me muito ver como foi o relacionamento com os trabalhadores urbanos. Como já tinha esboçado uma pequena memória sobre a imprensa operária em Sergipe, nessa segunda jornada de entrevistas, ouvi várias vezes João Nunes da Silva, ex-gráfico, líder dos trabalhadores urbanos no período populista, que me forneceu preciosos depoimentos. Depois de complementar os dados nas instituições de Sergipe, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, fiz pequenas adaptações no texto e publiquei-o, em 1983, pela Cortez de São Paulo com o nome de *A Revolução de 1930 em Sergipe: Dos tenentes aos coronéis* (DANTAS, 1983).

Talvez mereça lembrar que, enquanto escrevia minha dissertação, tive uma experiência bastante enriquecedora.

Quando voltei do mestrado em Campinas, havia uma instituição, o *Centro de Estudos e Investigação Sociais – CEIS*, que funcionava no terceiro pavimento do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe com reuniões públicas às segundas-feiras. Mantendo alguns vínculos com o DIEESE, aquela entidade dedicava-se ao estudo da realidade social de Sergipe. Acompanhava a evolução do custo de vida e promovia debates sobre temas sócio-econômicos e políticos. Estávamos em plena fase da abertura política e havia grande motivação em construir o processo de democratização. Fui convidado a participar, integrei-me no grupo, elegeram-me presidente para o período 1981/1983, quando o CEIS viveu sua fase mais movimentada de palestras e debates. Temas candentes do momento, tais como o projeto de urbanização da Coroa do Meio, a Questão Agrária, o Direito do Trabalho, a Constituinte, o Estado Democrático, o Movimento Operário em Sergipe eram debatidos com a participação de técnicos, políticos, líderes estudantis, líderes operários, professores da UFS, algumas vezes até

com nomes de fora como Francisco de Oliveira e José de Souza Martins (USP). Este falou sobre o movimento camponês no Brasil. Não raramente as platéias atingiam 40 pessoas e algumas vezes ultrapassavam este número.

É importante observar que, como participante do grupo, entrevistei alguns líderes comunitários, políticos e professores, além de gravar diversas discussões bem representativas do clima e dos valores da época. Não sei que destino levou esse material expressivo de um momento político.

Ao concluir minha dissertação de mestrado, passei a cuidar de certa pendência teórica. Ao escrever *O Tenentismo*, senti necessidade de estudar o fenômeno do coronelismo com mais profundidade. Ao chegar a Campinas, como aluno de Décio Saes, escrevi um texto criticando um artigo dele sobre o tema e travamos um debate muito proveitoso ao ponto de o professor convidar-me a publicar os dois textos acompanhados de nossa discussão. Mas como ainda me sentia insatisfeito com meus escritos, após defender a dissertação e retornar a Aracaju, retomei o trabalho teórico e, para ilustrar minhas reflexões com um exemplo concreto, decidi analisar o caso de Itabaiana. Acompanhado de um aluno, fiz algumas entrevistas naquela cidade e colhi informações valiosas sobre o clima de violência que permeou a política daquele município. Esse material foi bastante importante para complementar a base factual para concluir meu pequeno ensaio. E assim nasceu meu pequeno livro *Coronelismo e Dominação*. Como na época integrava um grupo ligado a ANPOCS, intitulado *Relações de Trabalho, Relações de Poder*, tive oportunidade de mais de uma vez debater meu ensaio com especialistas do tema na área de Sociologia em alguns encontros estaduais, por vezes bem acalorados, dos quais guardo boas lembranças.

Ao terminar os dois ensaios sobre o coronelismo, dediquei-me a estudar sistematicamente os partidos políticos em Sergipe com o fim de construir uma síntese que abrangesse do início da República até 1964, como pressuposto para conhecer o período autoritário, então vigente.

Nesse meio tempo, “a professora Maria das Graças Menezes (1986) iniciou uma coleta de depoimentos de trabalhadores no intuito de elaborar uma História da classe operária, particularmente da atuação do Partido Comunista no período 1945/1964” (FREITAS, 2002, p. 2).

Convidado para participar do projeto como entrevistador, já com um acervo de depoimentos ilustrativos, pude constatar mais uma vez a diversidade das pessoas na expressão de suas lembranças e de representações, mesmo quando se tratava de um mesmo episódio.

Embora sem considerar a história como algo dado, mas como uma construção sem cair no relativismo sugerido por Hayden White (1992), mantive uma preocupação com a veracidade dos fatos. Testava-os com os instrumentos disponíveis da crítica interna e externa, interrogava-os e levantava dúvidas. Quando não me sentia seguro, intuitivamente evitava utilizar os dados que não me pareciam convincentes.

Talvez sejam essas precauções que tenham levado alguns interlocutores, sobretudo do campo da literatura, a acharem meus livros contidos, sem voos altos. Conforta-me lembrar uma expressão de Roger Bastide, segundo o qual, as teorias passam, mas os fatos permanecem.

Conforme afirmei, quando participei do projeto com a professora Maria das Graças Menezes (1986), já estava estudando os Partidos Políticos em Sergipe. Nesta investigação ouvi 19 pessoas, 12 das quais pela primeira vez. Tive oportunidade de colher o depoimento de alguns líderes partidários importantes. Um deles chegou a Ministro do Tribunal Federal de Recursos. Fui a Brasília e ouvi-o por mais de uma hora num gabinete do próprio Tribunal.

Fui muito beneficiado também com vários depoimentos do meu ex-professor e amigo José Silvério Leite Fontes que fora Secretário de Estado da Casa Civil do governo Arnaldo Garcez (1951/1955). Não obstante certa indisposição com relação à UDN, sua grande cultura humanística, sua visão larga e a lucidez de suas análises me ajudaram muito a compreender não apenas a política partidária, mas também a História de Sergipe em seu conjunto. Ao tempo em que dialogava com esse grande mestre, tirando dúvidas, testando hipóteses, aprofundando discussões e visualizações, pude comprovar a potencialidade de ensinamentos proporcionados pela história oral.

Entretanto, vale a pena ressaltar que a riqueza da entrevista depende também de quem interroga. Daí a importância de conhecer bem o tema para extrair as informações pertinentes. Pensando dessa forma, geralmente exercitava o diálogo com o entrevistado a partir de lacunas verificadas na documentação escrita, tornando o depoimento oral como complemento. De minha parte, confesso que deixei de ouvir alguns políticos

quando nos cruzamos porque no momento do nosso encontro não me sentia suficientemente situado para inquiri-lo.

Após estudar os partidos políticos até o colapso do domínio populista nos anos oitenta e publicá-lo em 1989, na década seguinte enfrentei o desafio de escrever sobre a fase do Estado Autoritário.

Apesar de vivenciar todo o processo, acompanhando sua trajetória por jornais, revistas, ensaios diversos, guardando documentos por todo o percurso, considerei insuficiente meu material, consultei as folhas locais e parti para os depoimentos como complementação dos dados disponíveis.

Empolgado com a tarefa, como a Universidade me tomava muito tempo com reuniões de departamento prolongadas, aulas na graduação e na pós-graduação, participação em comissões, requeri aposentadoria, e passei a dedicar-me inteiramente a esse trabalho. Entrevistei, de 1991 a 1996, nada menos de 42 pessoas, entre as quais líderes políticos, líderes operários, líderes estudantis de várias tendências, militantes de diversos tipos, ex-governadores do período e magistrados. Ouvi ainda a mais abnegada advogada dos presos, Ronilda Noblat, em seu escritório na cidade baixa de Salvador e, por um lapso de minha parte, não constou na relação apresentada nas fontes consultadas, embora esteja citada no texto, inclusive na nota 45 da VI parte do livro.

Foi sem dúvida o maior conjunto de entrevistas que fiz nos períodos de pesquisa para meus livros, proporcionando-me o ensejo de informar-me sobre uma multiplicidade de ocorrências do período. Embora fosse um observador interessado que acompanhava os acontecimentos pela imprensa e por conversas com cidadãos bem informados, como políticos e jornalistas, pude perceber como a falta de liberdade de pensamento dificultou uma maior compreensão desse tempo marcado por constrangimentos. Ou seja, pude concluir que, por mais bem informados que sejamos no dia-a-dia, sempre escapam dados significativos. As limitações tornam-se mais patentes quando as fontes censuradas são pobres e/ou suspeitas. Nesses casos, a coleta de depoimentos orais se impõe como imprescindível. Os dramas pessoais, o ambiente de insegurança, as intrigas, as ações dos delatores, as arbitrariedades, os protecionismos, o jogo de influências pessoais são aspectos que as fontes escritas dificilmente revelam. Pude observar também a diversidade de interpretações, visões de mundo e representações que os depoentes guardaram do período.

Para comprovar fatos controvertidos, inquiri várias pessoas sobre nuances questionadas e assim pude elaborar minha síntese com uma margem de segurança razoável. Publicado em 1997, *A Tutela Militar em Sergipe (1964/1984)* foi certamente a primeira análise de conjunto do período autoritário num Estado da federação brasileira (DANTAS, 1997).

Ao concluir esse livro, já aposentado, dentro do meu projeto de estudar a História de Sergipe, comecei a preparar-me para estudar o século XIX por meio da biografia de uma figura política que servisse de eixo central para acompanhar a construção das instituições políticas.

Enquanto lia sobre o século XIX e investigava a política sergipana deste tempo, fiz duas grandes interrupções. A primeira para publicar um livro sobre *Eleições em Sergipe 1985-2000* pela Tempo Brasileiro em 2002 (DANTAS, 2002).

Como, desde 1974, vinha acompanhando as eleições de Sergipe, transcorridos os pleitos, levantava a documentação escrita e entrevistava políticos, jornalistas e pessoas outras informadas sobre os bastidores da política. Enquanto isso, fui escrevendo pequenos ensaios sobre a campanha, a escolha dos candidatos e o resultado eleitoral. A partir de 1987, passei a apresentar esses trabalhos em fóruns regionais que discutiam as eleições acontecidas no ano anterior. E assim participei de encontros em capitais de Estados do Nordeste, como Recife, Natal, promovidos por jornais, pela ANPOCS regional, em seguida pela ANPOCS nacional, em reuniões em Caxambu-MG como integrante do grupo de trabalho *Partidos e Eleições*, experiência, aliás, muito enriquecedora pelos contatos, pelas palestras e pelo nível das discussões.

Diante desses precedentes, depois que escrevi sobre *As Eleições Municipais* do ano 2000, reuni os ensaios anteriores a partir de 1985, fiz uma introdução analisando a transição, a conclusão e publiquei, em 2002, pequenos estudos sobre dez eleições (DANTAS, 2002).

Esse fato me levou a outro trabalho. Como havia estudado a política republicana em Sergipe através de monografias sequenciais, entendi de construir uma síntese da *História de Sergipe – República (1889-2000)*, aproveitando o material que havia acumulado nos últimos trinta anos de pesquisa em fontes escritas e orais com cerca de cem pessoas, cada qual com suas características próprias (DANTAS, 2004).

Conheci algumas com memória fraca, pouco lembradas, que costumavam misturar acontecimentos, situando-se precariamente diante dos fatos. No extremo oposto, deparei-me com indivíduos de memória privilegiada, alguns até com visão globalizante, marcada pela lucidez.

Nos graus intermediários, encontrei os imaginativos, inventivos, fantasiosos, sem senso de realidade. Alguns até falavam com convicção, referiam-se a números, lugares, mas quando se confrontavam com dados conhecidos, percebia-se que eram depoimentos que serviam apenas para estudar a variedade de representações e não para esclarecer e muito menos comprovar afirmações. Às vezes, isso ocorria com indivíduos que participaram do mesmo movimento, com as mesmas tarefas e as mesmas ações, indicando como as versões se conflitavam.

Ao publicar a síntese da *História de Sergipe – República (1889-2000)* pela Tempo Brasileiro do Rio de Janeiro, em 2004, retomei a investigação sobre o século XIX, tendo a atuação política de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909) como eixo central do estudo. Apesar de ser um personagem que faleceu em 1909, mesmo assim colhi dois depoimentos importantes. Um de sua neta Anete Maciel e outro de um cidadão que residiu na casa do antigo e já destruído Engenho Serra Negra, que me ajudou a traçar o cenário da residência. Foi esse trabalho que lancei neste ano de 2009 por uma editora local.

Quanto aos pleitos eleitorais, continuo estudando, ouvindo pessoas, escrevendo textos e apresentando em capitais do Nordeste (Natal, Teresina, Fortaleza e Recife) em seminários bianuais promovidos pela Fundação Joaquim Nabuco em parceria com a fundação Konrad Adenauer da Alemanha. O simpósio referente às eleições de 2004 foi publicado sob o patrocínio dessas duas fundações. Os de 2006 e 2008 foram editados pela UFRN.

Em suma, pode-se relativizar a importância das entrevistas, alegando que todas as recordações são uma reconstrução do passado (HALBWACHS, 1968, p. 58), ou que as memórias sofrem um processo de regulação pelas memórias dominantes, ou ainda, que são seletivas ou estão sujeitas a distorções, ou ainda que dão margem a lembranças equivocadas. Tudo isso deve ser levado em consideração, mas não são argumentos suficientes para desqualificá-las.

Não chegamos a afirmar que a fonte oral seja o documento por excelência, mas sim elemento de complementação, pois poderá comportar características específicas e potencialidades que não se encontram nos escritos.

Pela minha modesta experiência, posso dizer que as entrevistas foram muito profícuas pelos grandes recursos que me proporcionaram para minha compreensão sobre a História da sociedade e do Estado de Sergipe.

Os depoimentos orais ocuparam um papel relevante em minha atividade de pesquisador e estão incorporados à minha obra como elemento de complementação das investigações em fontes escritas. Nestes 38 anos de pesquisa, não imagino como seriam meus livros sem a contribuição dos entrevistados. O diálogo, as discussões, enfim a interação que travei com cerca de cem figuras de nossa sociedade constituem fatos dos mais gratificantes e enriquecedores em minha trajetória intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo. Brasiliense, 1994.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa. Publicações Europa-América, 1965.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. *História Oral; Teoria e Técnica*. Florianópolis. UFSC, 1978.
- CRUZ, José Vieira da. O uso metodológico da história oral: um caminho para pesquisa histórica in *Fragmenta*. Aracaju: UNIT, 2005.
- DANTAS, José Ibarê Costa. *O Tenentismo em Sergipe - Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930*, Petrópolis/RJ, Editora Vozes, 1974.
- DANTAS, José Ibarê Costa. *A Revolução de 1930 em Sergipe: Dos tenentes aos coronéis*. São Paulo: Cortez, 1983.
- DANTAS, José Ibarê Costa. *Coronelismo e Dominação*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/Diplomata, 1987.
- DANTAS, Ibarê. *Os Partidos Políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- DANTAS, José Ibarê Costa. *A Tutela Militar em Sergipe (1964/1984)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- DANTAS, José Ibarê Costa. *Eleições em Sergipe 1985-2000*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe – República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1909)*. Aracaju: Criação, 2009.
- FEBVRE, Febvre. *Combats pour l'Histoire*. Paris, Librairie Armand Colin, 1953.
- FERREIRA e AMADO, Marieta de Moraes e Janaína (coords). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. Rio de Janeiro, Topoi, 2002.
- FREITAS, Itamar. *Relatório de Fontes Oraís para a história contemporânea em Sergipe*. Relatório desenvolvido dentro das atividades do Projeto de Qualificação Docente/UFS/SEED/FAPESE. São Cristóvão, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*, Paris, PUF, 1968.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Edt. Unicamp, 1991.
- MARROU, Henri Irineu. *Do Conhecimento Histórico*. Lisboa, Editorial Aster, s/d.
- POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 3, 1989, p 3-15.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

WHITE, Hayden. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.

DROYSEN: REVISITANDO UM PERFIL HISTORIOGRÁFICO A PARTIR DE UMA METÁFORA MUSICAL

José D'Assunção Barros

Professor nos Cursos de Mestrado e Graduação em História da
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Professor-Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História
Comparada da UFRJ
Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense
(UFF)

E-mail: jose.assun@globocom.com

RESUMO

Este artigo tem por objetivo desenvolver algumas considerações sobre as especificidades dos modos de pensar a História de Gustav Droysen, atentando para a complexidade deste pensamento historiográfico que integra o Historicismo, uma perspectiva hegeliana e outros aspectos igualmente definidores de sua identidade teórica. Para guiar nossas reflexões sobre este historiador, estaremos usando a metáfora do ‘acorde teórico’ – uma metáfora emprestada à Música – de modo a pensar a interação entre alguns elementos que constituem a ‘identidade teórica’ de Droysen. A principal obra de Droysen que estaremos analisando será *Historik*, através da qual será possível desenvolver algumas considerações sobre o historicismo relativista proposto por Paul Ricoeur.

Palavras-chave: Droysen, Historicismo, relativismo.

ABSTRACT

This article aims to develop some ideas about specific ways to understand history within the work of Gustav Droysen, with special attention given to the complexity to the historical ideas behind "Historicism", Hegelian thought, and other equally important components of his theoretical identity. To guide our reflection about this historian, we use the metaphor of the ‘theory chord’, a metaphor borrowed from music, in order to conceptualize the interaction between the disparate elements that constitute Droysen’s theoretical identity. The principal work analysed here is *Historik*, the consideration of which makes possible an understanding of the relativist historicism proposed by Droysen.

Key-words: Droysen, Historicism, relativism.

Dentre os historiadores oitocentistas, cuja obra contribuiu para criar e consolidar o paradigma do Historicismo, talvez existam poucos nomes que, à altura de Johann Gustav Droysen (1808-1884), possam ser associados tão claramente à virada relativista do Historicismo¹. Autor de uma importante *Historik*² que enuncia, já desde os textos produzidos em 1857 e 1858, uma série de posições que podem ser associadas mais decisivamente à virada relativista, Droysen é por outro lado um historiador típico de sua época. É assim que o exame da trajetória historiográfica deste importante historiador prussiano e luterano que foi Droysen – na verdade um dos historiadores mais avançados em sua época no que se refere ao desenvolvimento de uma consciência histórica relativista – também permitirá evidenciar certos limites ou demandas da historiografia predominante no século XIX, mostrando como esta ainda se achava, de certo modo, um tanto restringida por uma concepção mais estreita do “político”, que pode ser contrastada com aquela que seria mais tarde desenvolvida pelos historiadores políticos da segunda metade do século XX, por ocasião de re-intensificação de preocupações com a História Política que ficaria conhecida na história da historiografia como “retorno do político”.

Para desenvolver esta reflexão em torno do historicismo de Droysen, proporemos neste artigo a utilização de um recurso novo, a utilização da metáfora do “acorde historiográfico”, uma imagem que nos obrigará a pensar na obra e na ‘identidade teórica’ de Droysen de maneira complexa, atentando para seus diálogos e influências, bem como para características várias que este autor acrescentou à sua concepção de historicismo. Um acorde, na música, é uma entidade sonora que integra diversas ‘notas musicais’. Estaremos utilizando esta imagem precisamente para nos referirmos à complexidade da identidade teórica de Johann Gustav Droysen: um autor que assimila

¹ Para um bom estudo brasileiro sobre Droysen, ver CALDAS, 2004; e ainda a “Apresentação” de Júlio BENTIVOGLIO para a tradução brasileira do *Manual de Teoria de História*, de Droysen (2009, p.7-26). Ver ainda SOUTHARD, 1995. Em alemão, temos a obra ainda não traduzida de Wilfried NIPPEL (2008).

² *Historik* corresponde a um conjunto de textos, na verdade de anotações e registros relativos a conferências proferidas por Droysen de 1857 até o final de sua vida, sob a forma de cursos de Teoria e Metodologia da História ministrados em um primeiro momento na Universidade de Jena e, mais tarde, na Universidade de Berlim (foram 17 séries desde o primeiro curso até o final). O conjunto de parte destes textos – em especial as duas primeiras versões do curso – encontra-se hoje coligido na obra “*Historik*” (editada por Peter Leyh em 1977), que contém anotações da primeira versão do curso e de outras duas, estas menos alentadas. As primeiras anotações foram publicadas em 1858; mais tarde Droysen acrescentaria novos textos, completando a edição hoje conhecida. No Brasil, uma parte deste material foi organizada por Julio Bentivoglio e publicada em 2009 pela editora Vozes com o título *Manual de Teoria da História*.

diversas ‘notas de influência’, emprestando-lhes novos sentidos. A esta complexidade que recolhe elementos diversos e os reelabora, Droysen dotou de uma coerência impar, o que faz sua obra apresentar uma especial unidade teórico-metodológica.

O exemplo de Droysen também se mostra importante para darmos a perceber que a identidade teórica de um historiador nem sempre encontra plenas oportunidades para se expressar livremente, pois frequentemente este historiador terá que se contrapor a um determinado “fundo”, a uma cultura que é a de sua época, a um padrão historiográfico que predomina, a uma instituição que dita as demandas relacionadas ao que escrever, e assim por diante. Para evocar mais uma vez a nossa metáfora, um “acorde teórico” pode se contrapor, a partir da obra de determinado historiador ou filósofo, a um fundo harmônico que o modifica (uma instituição ou uma comunidade intelectual que com ele interage, por exemplo).

Poderemos vislumbrar, através da trajetória historiográfica de Droysen, um sutil jogo de tensões entre uma visão que já propõe a abertura temática da História e uma tendência mais geral que em alguma mediada a comprime – considerando que boa parte da historiografia do século XIX apresenta a tendência a se limitar ao estudo da História (da) Política e aos estudos sobre a História dos Grandes Homens, ainda que desde aquela época já se tenha apresentado no horizonte historiográfico, mesmo que timidamente, uma História da Cultura³. Vale ainda lembrar que os meios historiográficos do século XIX também são percorridos por historiadores que se mostram vinculados a determinado padrão de narrativa histórica que nem sempre se vê acompanhado de uma adequada problematização, esta que hoje é prevista como instância central para a produção do conhecimento histórico. Mas não é este o caso de Droysen, que em diversas oportunidades apresentou como escopo o projeto de se manter distanciado seja em relação à historiografia positivista, seja em relação à história meramente narrativa (GRONDIN, 1999, p.141).

É evidente, deve-se ressaltar desde já, que a delimitação de boa parte da historiografia oitocentista a uma concepção mais estreita de História Política, e por vezes a uma história factual, não é tão legítima e tão grave como foi pintada pelos manifestos produzidos por Lucien Febvre (1878-1956) por ocasião da emergência do movimento dos Annales. Febvre, assim como outros historiadores ligados ao movimento francês

³ Entre as contribuições importantes nesta outra direção, citaremos o historiador suíço Jacob Burckhardt (1818-1897), e também, m pouco depois, o historiador alemão Karl Lamprecht (1856-1915).

dos Annales, carregaram um pouco nas tintas e nos traços caricaturais com os quais pretenderam representar os seus “outros” historiográficos. Queriam, sobretudo, opor a “nova história” trazida pelos Annales a uma “velha história” representada na França pelos historiadores metódicos, que uniam na sua prática elementos historicistas e positivistas. Os metódicos, liderados inicialmente por Gabriel Monod (1844-1912) e que seguiam uma tradição impulsionada pela sistematização proposta por Charles Seignobos (1854-1942) e Langlois (1863-1929), ocupavam então o poder nas instituições historiográficas francesas, e o empenho em abalar estas sólidas posições institucionais que eram ocupadas pelos metódicos pode explicar porque os Annales radicalizaram o seu discurso. De certo modo, os historiadores dos Annales terminaram por favorecer a construção de uma espécie de mito sobre a exclusividade de uma história política, factual e narrativa no século XIX⁴.

Posto isto, procuraremos examinar dois lados da questão. Há uma novidade em alguns historicistas da segunda metade do século XIX que é extremamente relevante: eles completam a tríade historicista de elementos que podem ser contrapostos ao padrão historiográfico positivista: reconhecem simultaneamente a subjetividade implicada em todo objeto histórico, a especificidade de cada ciência humana em relação às demais e por oposição ao padrão predominante nas ciências naturais, e avançam, por fim, para uma perfeita clarificação das subjetividades que afetam o historiador enquanto sujeito produtor do conhecimento histórico. Só isto, esta tarefa imprescindível de completar o paradigma historicista em seus três pontos principais, já faria de diversos dos historicistas da segunda metade do século XIX personagens fundamentais para o desenvolvimento da historiografia, tal como hoje ela se apresenta entre os historiadores profissionais. Por outro lado, verifica-se, mesmo entre alguns dos historicistas mais avançados no sentido de perceber a complexidade da operação historiográfica, um nítido predomínio da História Política de tipo tradicional: mais uma “História (da) Política” do que uma “história política” tal como a compreendemos nos dias de hoje

⁴ Podemos lembrar que, na Alemanha de fins dos anos 1880, já começava a se desenvolver acirrado debate entre partidários de uma História Política e partidários de uma História Cultural. Esta polémica foi encabeçada respectivamente pelos historiadores Dietrich Schäfer (1845-1929) e Eberhard Gothein (1853-1926). Ao mesmo tempo, já mencionamos o fato de que uma polémica análoga também se desenvolveu na mesma época em torno das proposições de Karl Lamprecht (1856-1915). Tudo isto ocorreu muito antes da emergência da Escola dos Annales, mostrando que nem este debate foi uma novidade introduzida pelos historiadores dos Annales, e nem tampouco a historiografia do século XIX era exclusivamente política. De todo modo, não há como negar que os investimentos governamentais favoreciam francamente a historiografia política, tal como já teremos oportunidade de verificar.

(uma história do poder e das relações de poder, em todas as suas formas). Em tempo: podemos falar em predomínio da História Política, mas não em exclusividade⁵.

Se em alguns casos foi pertinente a crítica de ‘reducionismo político’, desfechada pelos historiadores franceses dos *Annales* contra o metodismo francês e contra o setor mais tradicional do historicismo alemão, já a crítica em relação à factualidade (ausência de problematização histórica) somente pode ser aplicada contra parte da historiografia do século XIX, e certamente não para o caso de Droysen. Seria suficiente citar, deste historiador, a *História do Helenismo* (1833), que cria o próprio conceito de “Helenismo” e que propõe uma leitura original do período helênico não como uma decadência, tal como esse momento histórico vinha sendo tradicionalmente tratado, mas sim como uma renovação (BENTIVOGLIO, 2009, p.14)⁶. Criar conceitos novos, e propor hipóteses inovadoras não é certamente apanágio dos historiadores factualistas, meramente preocupados em “narrar os fatos”. Mesmo Ranke problematiza as origens dos povos latinos e germânicos, não se limitando, na prática, a uma mera narração dos fatos. A estigmatização da historiografia do século XIX como factual, encaminhada pelo movimento dos *Annales* no século XX e também pela historiografia marxista do mesmo período, é apenas parcialmente justa e adequada, não se enquadrando nela alguns dos maiores nomes da historiografia alemã. Na verdade, veremos mais adiante um texto pioneiro do próprio Droysen, datado de 1858, em que este historiador nascido na Pomerânia critica simultaneamente o ‘predomínio excludente da História Política’ e o culto à ‘produção do puro fato’ (historiografia ingênua, narrativa não problematizada). Essa crítica pioneira antecede em 45 anos a crítica de François Simiand aos “ídolos da

⁵ Há certamente uma minoria significativa que se empenhou em confrontar o modelo predominante, incluindo nomes como o de Jules Michelet e o do já citado Jacob Burckhardt. Seria preciso também mencionar aqueles que, ainda que levados pelas circunstâncias a escrever uma História Política vista de cima, perceberam que havia ainda uma outra História por se escrever: ao mesmo tempo voltada para outras esferas da atividade humana para além da política, e que considerasse não apenas o ponto de vista das elites. Veremos no *Historik* de Droysen algumas considerações a este respeito. Também podemos lembrar aqui as palavras do historiador francês Augustin Thierry: “Ainda não temos história da França. [...] Falta-nos a história dos cidadãos, a história dos súditos, a história do povo” (THIERRY, 1820, p.12).

⁶ Além disto, podemos evocar aqui as palavras de Droysen em *Historik*: “O ponto de partida de toda pesquisa é a questão histórica” (DROYSEN, 2009, p.46). Este princípio da operação historiográfica “com uma pergunta” é particularmente importante para uma história problematizada. Se os historiadores franceses Langlois e Seignobos, décadas depois de Droysen, cunhariam o notório dito que afirma que “sem documento não há História” (1898), já o historiador alemão parece antecipar o dito de Lucien Febvre que se tornará emblemático para os historiadores dos *Annales*: “sem problema, não há história” (FEBVRE, 1953). Com o *Historik* de Droysen, veremos já francamente delineada a ideia de que é desta “questão histórica” inicial que “resultam quais os vestígios, monumentos e fontes que deverão ser mobilizados na busca de sua resposta” (DROYSEN, 2009, p.48).

tribo dos historiadores”, dirigida contra os historiadores metódicos da França (1903) e em cerca de 70 anos a crítica dos historiadores dos Annales àquela que consideram uma “história política, narrativa e factual” do século XIX (1929).

Os indícios que revelam a preocupação de Droysen com uma história problematizada, e a sua reticência contra certos gêneros de história factual, são recorrentes em diversos dos seus escritos nos quais o historiador alemão se põe a refletir sobre a prática historiográfica. Em um dos itens de *Historik* (nº90), inserido na parte destas anotações que discute as “formas de apresentação da História” (Tópica), Droysen começa por refletir sobre uma modalidade de apresentação da História que denominou “história interrogativa” (DROYSEN, 2009, p.79). Essa forma de expor o texto historiográfico (e na verdade de pesquisar os materiais que lhe deram origem) sintetiza perfeitamente com os modelos da moderna história-problema. Este modo de expor a história é definido por Droysen como uma “mimese do ato de procurar” (no item subsequente, Droysen falará na outra modalidade, narrativa, que corresponderia a uma “mimese do devir histórico”, no sentido de que procura narrar os acontecimentos como se estivessem acontecendo na própria realidade histórica, tal como em um romance). Droysen acrescenta sobre a modalidade da “história interrogativa” – a sua “história-problema” – que “ela procede como se o que finalmente foi encontrado na investigação deve ser ainda encontrado ou melhor pesquisado” (2009, p.79). Ou seja, uma história problematizada, interrogativa, deve colocar-se como uma história aberta, que não pretende encerrar-se em uma narrativa definitiva dos acontecimentos⁷.

Também a narrativa meramente factual, ancorada na ilusão de que os fatos podem ser descritos tal como aconteceram, torna-se objeto da crítica de Droysen. O que pode salvar a modalidade da “exposição narrativa” (p.80) é precisamente a compreensão de que “somente de modo aparente os ‘fatos’ falam por si, sozinhos, exclusivamente, ‘objetivamente’; eles seriam mudos sem o narrador que os deixa falar”. Droysen coloca entre aspas as palavras “fatos” e “objetivamente”. Está desfechando veladamente uma crítica visceral contra o notório dito de Ranke, muitas vezes mal compreendido, de que o objetivo dos historiadores deveria ser o de “narrar os fatos tais como estes ocorreram”. A crítica se dirige simultaneamente contra o apego ao “puro fato” (a história factual), e

⁷ Uma das maneiras de produzir esta “história interrogativa” é descrita por Droysen: “[a história interrogativa pode começar por] procurar o resultado seguro a partir de uma incerteza, de uma pergunta, de um dilema, assim como o pleiteante procede diante de um tribunal quando precisa comprovar o fato subjetivo a partir do objetivo” (DROYSEN, 2009, p.79).

contra as ilusões de objetividade (“não é a objetividade que é a melhor glória do historiador; sua maior justiça é buscar compreender”, dirá Droysen). Desta maneira, pode-se perceber que um historiador como Droysen – já pertencente à segunda fase do historicismo oitocentista e crítico, ele mesmo, do realismo rankeano – não foi nem um cultuador da história factual, e nem infenso à necessidade de construir uma história problematizada.

De todo modo, a escolha de Droysen para esta análise exemplificativa será oportuna para iluminar os problemas que estão envolvidos na expressão de determinado “acorde historiográfico” contra um fundo contrastante. Temos em Droysen um historiador bem sintonizado com alguns dos mais significativos avanços possíveis de seu tempo. Ele faz parte da vertente do Historicismo que caminha para um relativismo, para uma compreensão cada vez maior de que o historiador está ligado a subjetividades das quais não pode se separar, o que o opõe ao padrão de neutralidade proclamado pelo paradigma Positivista em sua mesma época. Dentro dos quadros da Hermenêutica, Droysen já representa um desenvolvimento da direção da intensificação do que mais tarde Gadamer chamaria de uma “consciência histórica”⁸. Droysen já não é, por exemplo, um historicista como Ranke, autor do famoso dito de que só pretendia “narrar os fatos como eles se sucederam”. Ele irá dizer, em um texto de 1857 intitulado “a objetividade do eunuco”, que apenas aspira atingir “nada mais nada menos do que a verdade relativa ao seu ponto de vista”. Da mesma forma, nas passagens mais acima citadas, será um crítico da história factual que se deixa iludir pela pretensão da total objetividade. Portanto, temos aqui um historiador que está acompanhando o desenvolvimento da reflexão sobre a historicidade do próprio historiador, que logo desembocará na filosofia historicista de Dilthey, e mais além em Gadamer, já no século XX. Droysen é certamente um historiador avançado para a sua época. Muitos, como Jörn Rüsen e Reinhart Koselleck, o situam como inaugurador de “uma nova página da historiografia” ou da própria ciência histórica moderna (BENTIVOGLIO, 2009, p.26). Essa posição peculiar de Droysen, como um historiador avançado para a sua época que

⁸ Gadamer chegará a reelaborar a noção de “preconceito”, que os iluministas e outros viam como algo que distorce a visão “correta” sobre algo. “O preconceito não é uma forma distorcida de pensamento que precisa ser lapidada antes de vermos o mundo corretamente. Para Gadamer, os preconceitos estão presentes em todos os entendimentos. Contra as reivindicações do Iluminismo de que a razão, separada da perspectiva histórica e cultural, representa um teste para a verdade, Gadamer alega que nós estamos irremediavelmente incrustados na linguagem e na cultura – e que o escape para uma certeza clara através do método racional é uma idéia absurda” (LAW, 2007, p.12).

precisa se colocar diante do pano de fundo da historiografia tradicional, e mesmo fazer simultaneamente suas críticas e suas concessões a ela, permite que destaquemos o seu acorde historiográfico contra a monodia mais tradicional da historiografia de sua época. Precisamente por causa desta posição, que não está isenta de tensões, Droysen é uma boa escolha para testar os limites definidos pelas demandas de sua época.

Começaremos pela nota mais óbvia. O acorde historiográfico de Droysen traz na sua base mais fundamental um modelo Historicista que já havia assegurado os três itens básicos do paradigma: a singularidade do objeto histórico, a especificidade da História no seio das ciências humanas e do pensamento científico em geral, e a historicidade do próprio historiador que se autoproduz como sujeito de conhecimento. Na verdade, a própria obra de Droysen contribui para a explicitação fundamental, típica dos setores mais avançados do Historicismo das últimas décadas do século XIX, de que a subjetividade do próprio historiador é de fato decisiva para a operação historiográfica, não constituindo um obstáculo à produção de um conhecimento cientificamente conduzido, mas a sua riqueza possível. A incorporação dos três vértices historicistas por Droysen aparece na sua articulação de três teorias que este historiador alemão procura formular: a teoria da historicidade do mundo humano (que traz algumas marcas indeléveis oriundas da influência hegeliana), a teoria do conhecimento histórico, e a teoria do método histórico⁹. Ao lado de obras de História sobre temáticas diversas, Droysen procura desenvolver mais sistematicamente uma reflexão sobre a articulação entre estas três teorias, revelando uma especial preocupação com o “pensar sobre a história” que já sinaliza a consolidação da Teoria da História como um âmbito disciplinar específico.

Quando consideramos a ‘nota historicista’ de Droysen, base fundamental de seu acorde historiográfico, estamos já diante de um historicismo um pouco (ou bem) distinto em relação ao de Ranke, na verdade um historicismo ‘mais completo’. A incorporação da consciência relacionada à historicidade do próprio historiador, em Droysen, é vinculada a um engajamento político, particularmente intensificado pelo contexto de participação na unificação política da Alemanha (que também tinha outros entusiastas entre os historiadores desta nova fase da Escola Alemã, tais como Sybel e Treitschke). Droysen já será um crítico contumaz do modelo historicista de Ranke, cuja figura dominara a

⁹ O tônus fundamental do método histórico, para Droysen, seria o que ele chamou de “compreensão mediante a pesquisa”.

primeira fase do historicismo alemão, precisamente no que concerne à ideia de “neutralidade”. De Ranke a Droysen, o próprio Historicismo já havia mudado, incorporando uma nova instância relativista, e tornando-se mais completo em relação ao modelo teórico relacionado ao paradigma Historicista. De fato, Droysen procura explicitar em algumas oportunidades a plena consciência da historicidade do objeto e do sujeito histórico, por vezes claramente, outras vezes através de metáforas¹⁰. De igual maneira, sofisticou-se com ele a consciência acerca da singularidade da História e das ciências humanas frente a outros campos de saber, atentando-se para a necessidade de que os historiadores compartilhem um método científico próprio. O “método histórico”, então, deverá ser visto simultaneamente como distinto do ‘método especulativo’ (filosófico ou teológico) e do ‘método físico’ (modelo para a maior parte das ciências exatas e naturais). Desta forma, aos três modelos diferenciados de método – o filosófico, o físico e o histórico – corresponderão três gestos primordiais distintos, definidores de cada um destes métodos: “reconhecer”, “esclarecer” e “compreender” (DROYSEN, 2009, p.41)¹¹. Digna de nota, ainda, é a dimensão filosófica e ética que Droysen agrega ao sistemático trabalho do historiador com suas fontes históricas, ultrapassando assim a compreensão rankeana desta instância da operação historiográfica como mera técnica, mera “crítica documental”. Esta reflexão, pioneira – e por vezes interferida por uma discreta ‘nota romântica’ – antecede toda uma reflexão hermenêutica posterior, que estaria a cargo de filósofos como Heidegger, Gadamer, Ricoeur:

“Cada ponto do presente é fruto de um vir-a-ser. O que ele era e como se formou, é passado, mas é um passado que ainda se encontra de forma ideal nele. / Mas, somente no estado ideal, como traços apagando-se, brilhos latentes; afastados da consciência é como se não existissem. / O olhar pesquisador, o olhar da pesquisa, é capaz de despertá-los, iluminá-los, fazê-los reviver, iluminando a escuridão vazia do passado. / Não são os passados que se iluminam – eles não estão mais – mas o que deles ainda não é passado no aqui-e-agora.

¹⁰ A escritura da História, conforme postula Droysen, inscreve-se nesta necessidade de registrar o transitório humano, de “fixar o fugaz, a onda luminosa, a onda sonora” (DROYSEN, 1977, p.20).

¹¹ Já Dilthey (1883) trabalhará com uma dicotomia que opõe essencialmente as “ciências naturais” e as “ciências humanas”. De todo modo, a oposição entre “explicar” e “compreender” será por ele retomada. Com relação a Droysen, o conceito de “compreensão” adquire um sentido muito próprio. Dirá ele: “A essência do método histórico é compreender ao pesquisar” (DROYSEN, 2009, p.38)

Esses brilhos despertados estão para nós no lugar dos passados, eles são sua presença espiritual” (DROYSEN, 2009, p.37)¹²

A tríplice consciência acerca da historicidade e especificidade do objeto histórico, do método historiográfico, e do sujeito-historiador que produz conhecimento, é de fato o que permite que o arco historicista – ao menos no que se refere a historicistas mais relativistas como Droysen e Dilthey – encontre a partir de meados do século XIX o seu destino paradigmático, superando o realismo rankeano dos primeiros tempos da Escola Alemã. Ao pensarmos em Droysen como um historicista e como membro da escola Histórica Alemã, devemos ter em mente, portanto, que o Historicismo de Droysen também pode ser já considerado outro que não o de Ranke e o dos historiadores associados ao seu modelo. Mas para não ocorrer uma multiplicação desnecessária e inviável de paradigmas, podemos compreender o Historicismo como um paradigma que começa a se formar na passagem do século XVIII para o XIX, e que conhece um novo *momentum* um pouco depois de meados do século XIX, particularmente com a consciência de historicidade plena que é explicitada, possivelmente pela primeira vez, por Droysen (e logo depois por Dilthey). Droysen, inclusive, não se via – não queria se ver – como partícipe da mesma escola de Ranke: uma escola historiográfica que a historiografia habituou-se a chamar de Escola Histórica Alemã. No primeiro Prefácio de *Historik* (1858), parte do qual foi publicado em português com o título *Manual de Teoria da História* (2009), Droysen menciona mesmo a escola de Ranke como apartada de si, e a denomina “Escola de Göttingen”, louvando suas conquistas mas acrescentando uma série de críticas aos primeiros historicistas alemães:

“No campo de nossos estudos [a História], a Escola de Göttingen do final do século XVIII, e que agora está findando, ocupou-se com as questões gerais, que de tempos em tempos foram repetidamente tratadas. Procurou comprovar que a história seria ‘basicamente a história política’ e que em torno desse núcleo se agrupam as variadas ciências elementares, auxiliares e outras da nossa área. Reconheceu-se então a essência da história em seu método, caracterizando-se este como ‘crítica das fontes’ e como produção do ‘puro fato’. Encontrou-se a meta determinante da nossa ciência na exposição artística e na ‘obra de arte histórica’ [para Droysen, a pura narrativa] e celebrou-se

¹² E, mais adiante: “Somente o que o espírito humano e a mão humana modelou, cunhou, tocou, somente esses traços produzidos pelo homem se iluminam novamente para nós” (DROYSEN, 2009, p.38).

como o maior historiador de nossa época aquele que, em sua maneira de exposição, mais se aproxima dos romances de Walter Scott [isto é, Ranke]” (DROYSEN, 2009, p.30)

É surpreendente o pioneirismo deste texto. Droysen, ao criticar a primeira fase de historiadores da Escola Alemã, prefere na verdade vê-los como uma escola que já está findando: a Escola de Gottingen (os historiadores que seguem o modelo de Ranke). Mas na verdade está criticando os historiadores de sua própria época. Ranke ainda viverá muito, só vindo a falecer em 1886. Inúmeros outros historiadores, de metade do século XIX em diante, seguirão ainda o seu modelo, e depois também, no próprio século XX, quando haverá mesmo em alguns momentos uma retomada do realismo rankeano e um culto à sua figura. A “história política” é a história predominante em sua época, e, em que pese que ele a crítica claramente, mesmo ele terá de fazer concessões à história política nacional nos moldes requeridos pelo estado Prussiano. Além da exclusividade da História Política, Droysen critica a “produção do puro fato”. Antecipa, em anos, a crítica de François Simiand (1903) e de Lucien Febvre (1929, 1953) à “história factual”. A “história narrativa”, no modelo de Ranke, que no texto aparece oculto por trás da analogia com os romances de Walter Scott, será uma crítica da mesma qualidade e intensidade que o movimento dos Annales moverá contra a história narrativa que julgava ver, ou que de fato via, nos historiadores metódicos dos anos 1870. Johann Gustav Droysen, com sua *Historik* (1858), já nos apresenta definitivamente um novo padrão de Historicismo. Com ele, o Historicismo completou ou começou a completar o seu arco, tornando-se um Historicismo moderno, pronto a acenar com novas possibilidades para o século XX. Ao menos com Droysen e alguns outros historiadores, um ramo do historicismo parece se desdobrar em uma nova variante do paradigma Historicista, em confronto com um outro grupo de historicistas que persiste no modelo realista de Ranke, configurando-se uma espécie de desdobramento polifônico deste paradigma.

Compreendida a nota fundamental do Historicismo de novo tipo, que é a base do acorde historiográfico de Droysen, avancemos, agora, pelas demais notas deste complexo acorde teórico. Entre as influências filosóficas, apesar da adesão radical de Droysen ao paradigma Historicista, aparece a já mencionada influência de Hegel, de quem Droysen chegou a ser aluno – uma influência que se mostra mais intensa na primeira fase de seus estudos sobre a Antiguidade Helênica, e que também se expressa eventualmente no

empenho de conciliar os valores historicistas com alguns conceitos hegelianos, dando origem a noções peculiares como a de “totalidade relativa” (DROYSEN, 1977, p.23)¹³. Há ainda outras influências filosóficas importantes, presentes no acorde teórico de Droysen. Fichte (1762-1814), que de resto é uma influência bastante recorrente entre os historicistas alemães, pode ser indicado como um filósofo que se inscreve na nota filosófica de Droysen, sobretudo no que concerne à noção de “liberdade” como aspecto essencial da história¹⁴. Há naturalmente a influência de Kant, que, aliás, conhece uma intensificação especial entre os historicistas alemães nas últimas décadas do século XIX¹⁵, e também a influência romântica de Schelling (1775-1854)¹⁶. O próprio Droysen também referencia no prefácio de 1858 para o *Grundriss der Historik* a influência de Wilhelm Humboldt, particularmente no que se refere à sua teoria da linguagem e à sua “concepção do mundo que tinha seu centro de gravidade e sua força intensa no sentimento ético” (DROYSEN, 2009, p.33-34). Com estas palavras, e comparando Humboldt a uma espécie de “Bacon das ciências históricas” (p.33), Droysen reconhece em Wilhelm Humboldt (1757-1835) como que uma influência basilar em seu acorde

¹³ O projeto historicista de Droysen apresenta matizes bem hegelianas na sua formulação mais geral. No início de *Historik*, encontraremos o empenho de Droysen definir o método histórico a partir de uma interação dialética entre o “método físico” das ciências exatas e da matemática, e o “método especulativo”, da filosofia. Ali encontraremos estas palavras, carregadas de uma conceituação extraída da dialética hegeliana: “Movimento e unidade são ambos momentos através dos quais o espírito é espírito, que através deles ele se polariza em direção a uma vivacidade incansável que se consumiria a si mesma sem a energia da unidade e que se afundaria morta sem o movimento constantemente ativo e periférico” (DROYSEN, 1977, p.32).

¹⁴ Em *Historik*, Fichte é mencionado por Droysen com relação à “liberdade integral do ser humano ético” (, 2009, p.72).

¹⁵ Immanuel Kant (1724-1804) havia estabelecido, pela primeira vez na filosofia, uma distinção formal entre os fenômenos e a “coisa-em-si” (o *noumenon*), ressaltando que a “coisa-em-si” não poderia ser constituída em objeto para o conhecimento científico, tal como vinha pretendendo até então a metafísica clássica. Para Kant, a ciência deveria se restringir ao “mundo dos fenômenos”, e para tal deveria se constituir a partir das formas “a priori” da sensibilidade (o tempo e o espaço) e pelas categorias do entendimento. Estas mesmas categorias aparecem explicitamente referidas no *Historik* de Droysen, se bem que o historiador alemão já procure adequar os seus conceitos de tempo e de espaço à sua perspectiva de um historicismo relativista: “Não é objetivamente que os fenômenos se dividem no espaço e no tempo; a nossa percepção é que os separa em vista do modo como eles parecem se relacionar mais ao espaço ou ao tempo” (DROYSEN, 2009, p.35).

¹⁶ Friedrich Schelling (1775-1854), ao lado de Kant e Hegel, tornou-se um dos grandes representantes do idealismo alemão. Schelling, que apresenta em seu próprio acorde teórico uma revivescência da filosofia de Spinoza, veio a se constituir também em uma influência importante sobre o Romantismo Alemão do século XIX, particularmente a partir de sua nomeação em 1798 para professor universitário em Jena, cidade na qual começa a dialogar com Schlegel e Novalis, que foram dois dos principais representantes deste movimento.

teórico¹⁷. De todo modo, à parte estas outras influências, não há como não perceber que uma certa leitura de Hegel constitui a nota filosófica mais intensa no acorde teórico de Droysen. As categorias hegelianas e dialéticas da totalidade, do movimento (devir), da contradição, da superação da contradição através de reconciliação, são fundacionais no pensamento filosófico-histórico de Droysen. Por outro lado, a ‘nota hegeliana’ modifica-se no interior do ‘acorde Droysen’; cada conceito adquire uma coloração ou um sentido próprio¹⁸. Seu idealismo é revisto de alguma maneira na percepção droyseniana de mundo histórico como um “mundo ético” (uma percepção que já apresenta de si mesma uma repercussão da nota Humboldt):

“A alternativa incorreta da visão de mundo materialista e idealista reconcilia-se na visão histórica, a visão para a qual o mundo ético nos conduz, pois a característica do mundo ético é que nele, a cada instante, se reconcilia aquele oposto, a fim de se renovar, e se renova a fim de se reconciliar” (DROYSEN, 2009, p.41).

É também hegeliana, mas com adaptações, a visão de Droysen sobre a caminhada da humanidade em direção a uma “finalidade das finalidades”, bem como a sua visão particular sobre o “progresso da humanidade” (p.76)¹⁹. De qualquer maneira, tem-se

¹⁷ Wilhelm Humboldt (1757-1835), que não deve ser confundido com seu irmão, o geógrafo e naturalista Alexander Von Humboldt (1769-1859), foi o primeiro linguista a entender a linguagem humana como um complexo sistema regido por regras – um sistema que faz “usos infinitos de meios finitos” – com o que logra ultrapassar de maneira pioneira a tradicional visão da língua como mera coleção de vocábulos acompanhados de significados. Também se notabilizou por ter fundado, em 1810, a Universidade de Berlim, o que também faz com que seja considerado o fundador do moderno sistema educacional alemão. O texto que o coloca como fundador da educação universitária alemã é “Sobre a Organização Interna e Externa das Instituições Científicas Superiores em Berlim”, que procura trazer uma base moral e ética às instituições, ao discorrer sobre a sua importância para a educação nacional (1997, p.79).

¹⁸ A concepção fundamental da filosofia da história de Hegel é sustentada por Droysen no item nº83: “A história é a humanidade tornando-se um ser consciente de si mesmo” (DROYSEN, 2009, p.75). Com relação à categoria da ‘totalidade’, dirá Droysen: “O particular é compreendido no todo e o todo é compreendido no particular” (DROYSEN, 2009, p.39). Sobre a categoria do ‘movimento’, ele dirá: “O movimento incessante no mundo dos fenômenos nos permite conceber as coisas como estando em constante devir, seja este devir visto como algo que se repete periodicamente, seja como algo que parece repetir-se e crescer por intensificação e acumulação contínuas. / Naqueles fenômenos, nos quais se manifesta a nós um tal avanço, que se encontram em uma sucessão, o fator do tempo é considerado por nós como sendo decisivo. É isto que entendemos resumidamente como história” (DROYSEN, 2009, p.35-36).

¹⁹ A ‘nota do finalismo hegeliano’ modifica-se em Droysen, ao contato com a sua forte base historicista. De todo modo, como fará notar Hans-Georg Gadamer em uma passagem de *Verdade e Método* (1960), “ele [Droysen] também não concebe a realidade da história como espírito puro. Comportar-se eticamente inclui, antes de tudo, que o mundo da história não conhece uma cunhagem pura da vontade sobre uma

aqui um progresso que, no fim das contas, ocorre inevitavelmente, apesar dos eventuais retrocessos. Dirá ele:

“No mundo ético, as finalidades enfileiram-se uma à outra numa cadeia infundável de anéis. / Cada um desses fins tem inicialmente o seu caminho e a sua formação própria; mas, simultaneamente, cada um deles condiciona o outro e é condicionado por este. / Frequentemente, os fins se bloqueiam, perturbam, disputam entre si; muitas vezes, surgem aqui e ali, temporariamente, parcialmente, retrocessos; sempre, somente para depois disso, retomar o trabalho com arrancada mais intensa, com força propulsora aumentada, em novo ponto, em nova configuração, cada um impulsionando o outro e sendo impelido pelos demais” (DROYSEN, 2009, p.74)²⁰

Interferida pelas outras notas do acorde teórico, a nota hegeliana adquire, portanto, uma singularidade própria e uma posição de destaque como ‘nota de topo’ do acorde historiográfico de Droysen²¹. Esta expressiva nota hegeliana, que não havíamos encontrado em Ranke, e ainda que a mesma vá perdendo gradualmente a sua intensidade inicial no decorrer da trajetória intelectual de Droysen, une-se à sua base Historicista, agora já completa, e também a toda a preocupação metodológica que se estampará no empenho deste historiador alemão em produzir obras de reflexão sobre a própria historiografia, tal como ocorre com os diversos textos reunidos na *Historik* (1881-1883). Droysen também continua a apresentar, como já veremos, a nota do “nacionalismo alemão”, e seus interesses, particularmente a partir do momento de sua

materia maleável e que não oferece resistência. Sua realidade consiste numa concepção e configuração que o espírito deve gerar continuamente das ‘finitudes constantemente mutáveis’, às quais pertence todo aquele que atua. Dessa dupla natureza, Droysen consegue extrair consequências para o comportamento histórico num grau nem diferente” (GADAMER, 2008, p.289).

²⁰ Por outro lado, a finalidade última não pode ser conhecida empiricamente: “O fim mais elevado, o que condiciona incondicionalmente, aquele que move a todos, abrange a todos, esclarece a todos, este é o fim supremo, que não pode ser conhecido empiricamente” (DROYSEN, 2009, p.74).

²¹ Há passagens de *Historik* mais claramente hegelianas: “O mistério de todo movimento é sua finalidade. Quando a interpretação histórica observa, no movimento do mundo ético, o seu desenrolar, reconhece a sua direção, vê o objetivo das finalidades a se realizar e a se desnudar, ela tira conclusões sobre a finalidade última, na qual o movimento se completa, na qual aquilo que move o mundo humano, impulsionando-o a seguir sempre em frente, sem parada, é paz, perfeição, presente eterno” (DROYSEN, 2009, p.61-62). Em outro trecho, poderemos ler: “Toda evolução e crescimento é movimento em direção a uma finalidade que, realizando-se no movimento, quer chegar à consciência de si mesma” (DROYSEN, 2009, p.74). De todo modo, Hegel é também referido explicitamente em alguns trechos do *Historik*, como o item nº78, que se refere à “dialética” proposta pela “filosofia da história de Hegel” (DROYSEN, 2009, p.73).

trajetória historiográfica em que começa a se mostrar mais engajado na própria história de sua época, começam a se deslocar do Helenismo e da Antiguidade para a produção de uma História Política de referências nacionais²².

Será oportuno destacar, neste ponto, que a ‘religiosidade’ também aparece como uma nota importante do ‘acorde historiográfico’ de Droysen. Neste aspecto, ele não é tão diferente de Ranke. A influência da teologia protestante é uma nota quase tão importante no acorde historiográfico de Droysen, quanto a nacionalidade²³. Não é à toa que, em uma passagem já mencionada de Droysen, do texto intitulado “A Objetividade do Eunuco”, Droysen associa a sua consciência de relativismo à sua posição específica nesta superposição das notas relacionadas à religiosidade, à nacionalidade e à política, afirmando que não aspira senão, “deixar à mostra a verdade relativa ao meu ponto de vista; mostrando como minha pátria, minhas convicções políticas e religiosas, meu estudo sistemático me permitiram chegar a este ponto de vista” (DROYSEN, *Historik*, 1881; edição: 1977, 235-6).

Com relação à já mencionada ‘nota nacionalista’ do acorde historiográfico de Droysen, esta se reveste de uma especial coloração política. Sua ligação com a Política o levou mesmo a se fazer eleger deputado pela Assembléia Nacional Alemã, na mesma época em que já havia assumido claras posições favoráveis ao movimento da unificação alemã e na qual elaborara, nas suas *Preleções sobre as Guerras da Liberdade* (1846), a sua justificativa para o projeto de unificação nacional sob a égide do estado prussiano²⁴. De um lado, é precisamente a gradual intensificação desta combinação de nacionalismo e política o que levará Droysen a migrar dos temas relacionados aos estudos clássicos e ao Helenismo, nos quais era um grande especialista, para a temática da história nacional.

²² Além de ser especialista em assuntos Helênicos, Droysen era filólogo, e foi responsável pela tradução das obras completas de Ésquilo e Aristófanes. Em 1833 publicou a sua *História do Helenismo*.

²³ Julio Bentivoglio, que escreveu uma excelente apresentação para a edição brasileira do *Grundriss der Historik*, de Droysen, registra estas palavras: “Destaca-se, na biografia deste autor, uma profunda ligação com a política e o Estado prussiano, bem como com a teologia protestante. Seu pai era pastor na Pomerânia e integrou as tropas do general Blücher que, em 1807, resistiam à invasão das tropas napoleônicas sem sucesso. Essa herança que aproxima religiosidade e nacionalismo e que na Alemanha conheceu momentos expressivos de convergência tanto no século XIX quanto no XX, urdiram na obra de Droysen um liame que não deve ser desprezado, manifesto nas passagens mais teológicas da *Historik* e na sua ênfase sobre as comunidades e os poderes éticos responsáveis pela formação do indivíduo e pelas conformações da história” (BENTIVOGLIO, 2009, p.13).

²⁴ Sobre isto, ver BENTIVOGLIO, 2009, p.15.

De outro lado, as próprias pressões dos meios acadêmicos que Droysen adentra como professor universitário o levarão a priorizar as temáticas nacionais.

A máxima obra de Droysen, em termos de monumentalidade, terminará por ser uma *História da Política Prussiana* [*Geschichte der preußischen Politik* – em 14 volumes, 1855-1886). Conforme já discorremos, não se tratará de uma História Política no sentido moderno (uma História do Poder), e sim uma História (da) Política, que examina a Política de uma nação como objeto privilegiado, tanto no que se refere aos seus aspectos de relacionamento externo através da guerra e da diplomacia, como em relação à política interna, voltada para o estudo das ações dos políticos desta nação-estado. Enfim, tem-se aqui, por todos os lados, a Política vista de cima²⁵.

Na escolha de suas temáticas, Droysen terminará, portanto, por não destoar muito da historiografia que predominava em sua época (mas que, obviamente, não era exclusiva). Ele reconhecerá como função importante para os historiadores fornecer “ao Estado, ao povo, ao exército, a imagem deles mesmos”, e delineará o estudo histórico como “fundamento para a instrução e formação política”. Mais ainda, para Droysen, “o homem de Estado é o historiador prático,” (DROYSEN, 2009, p.84). Assim mesmo, impressiona, em certas passagens da sua já citada obra teórica – os textos que constituirão *Historik* – a consciência, que já revelava Droysen, de que a História Política centrada no Estado não deveria ser o único objeto para o historiador, tal como queria por exemplo Hegel com a sua ‘filosofia da história’, ao conceber o Estado como a realização suprema do Espírito, e tampouco como se depreende das propostas dos historicistas que se voltavam exclusivamente para a narrativa nacional. Droysen registra em *Historik* a seguinte passagem, que clarifica a sua própria posição:

“Eu espero ter provado que é insuficiente limitar a exposição da área da história ao Estado, como se dissesse que só haveria uma forma de apresentação, a saber, a narrativa. E eu acredito, que a perspectiva na

²⁵ Em sua obra teórico-metodológica – *Historik* – Droysen discute algumas formas da modalidade que chamou de “exposição narrativa”. Uma delas, a “maneira monográfica”, é descrita por Droysen como aquela que busca “mostrar como, em seu desenvolvimento e crescimento, uma formação histórica se fundamentou e aprofundou em si mesma e produziu, por assim dizer, o seu gênio” (2009, p.89). Parece ser esse o modelo expositivo que Droysen adota nesta *História da Política Prussiana*. Também mostra elementos da maneira narrativa que ele categorizou como “catastrófica”: “[uma narrativa] que mostra tendências, direções, interesses, partidos, etc – todos legítimos – engajados em uma batalha, de cujos momentos ou lados os opostos se apresentam lutando, vencendo ou se reconciliando. Ela mostra como de lutas entre titãs passam a existir um novo mundo e novos deuses” (DROYSEN, 2009, p.81).

variedade das formas de exposição é de muitos modos rica e apropriada para eliminar um preconceito sob o qual a nossa ciência verdadeiramente padece” (DROYSEN, 1977, p.280)²⁶

O pensamento teórico aberto, proposto pela *Historik* de Droysen, tencionando-se contra as concessões temáticas que precisou fazer na sua própria *práxis* como historiador, mostra-nos que ele era também um historiador que precisava atender às demandas de seu tempo. Entre 1851 e 1852, por exemplo, publicou três volumes de uma *Biografia do Conde Yorck von Wartenburg* – importante chefe militar prussiano da época das guerras contra a França napoleônica – o que também o situa dentro do quadro dos historiadores que contribuíram para a modalidade da História dos Grandes Homens. Examinar os grandes líderes políticos, narrando seus grandes feitos e procurando situá-los como peças-chave da política nacional, era de certo modo uma variação da História (da) Política. Esta modalidade de história também se fazia de encomenda: era uma exigência dos estados-nação, uma demanda de sua época. Assim mesmo, devemos contrapor o modelo de “História dos Grandes Homens” de Thomas Carlyle (1843) ao modelo de Droysen²⁷. Se ele conseguiu realizar na prática uma biografia não-laudatória, essa é uma questão. Mas, de todo modo, podemos encontrar em um dos textos de *Historik* a sua posição sobre esta modalidade:

“As coisas seguem o seu rumo, apesar da vontade boa ou má daqueles por meio dos quais se realizam. / Nos poderes éticos encontram-se a continuidade da história, o seu trabalho e seu prosseguimento, neles todos fazem parte, cada um em seu lugar; através deles, indiretamente também o mais inferior, o mais pobre, vive junto com a história. / Mas também o maior gênio, o de maior força de vontade, o mais poderoso é apenas um momento nesse movimento dos poderes éticos, ainda que por sua posição seja um elemento especialmente importante e atuante.

²⁶ Se o Estado será, para Droysen, “a mais complexa das instituições dos poderes éticos”, por outro lado ele reconhecerá que “cada entidade de porte exige autocontrole discursivo semelhante: por exemplo, o regime da igreja, a gestão de indústrias, a organização de uma expedição científica, etc” (DROYSEN, 2009, p.84).

²⁷ O historiador escocês Thomas Carlyle sustentava a ideia de que a História poderia ser interpretada essencialmente através da vida dos heróis e dos chefes (1843), e esta abordagem historiográfica lhe valeu trabalhos como a *Vida de Schiller*, ou a *História de Frederico II da Prússia* (1858-1865). Por outro lado, curiosamente Carlyle também se resignou a escrever biografias sobre personagens não tão importantes assim, como a de um escritor escocês, seu amigo, que lhe rendeu a *Vida de John Sterling* (1851). Depois que sua esposa morreu, em 1865, resolveu escrever a *Vida de Jane Welsh Carlyle* (1881). Também escreveu uma *História da Revolução Francesa* que teve grande repercussão na época.

Como tal, e somente como tal, ele é interpretado pela história, não por amor à sua pessoa, mas pela sua posição e realização naqueles poderes éticos, pelo amor das idéias das quais foi portador” (DROYSEN, 2009, p.57)²⁸

O grande homem de Droysen, portanto, tem o seu imprescindível valor individual, mas não está desligado da história em sentido mais amplo, da tradição na qual se insere, das forças políticas que deve mediar, do contexto que o abrange conjuntamente com inúmeros outros homens, cada um dos quais, aliás, “vivendo junto com a história”. Se o grande homem pode ter um papel importante no redirecionamento da história, ao mesmo tempo ele também é impulsionado pela própria história através das irresistíveis forças históricas que ele chama de “poderes éticos” da história²⁹.

Vale lembrar ainda que os lances pessoais da vida de Droysen revelam também essa íntima relação dos historiadores oitocentistas com os quadros institucionais do Estado-Nação e com a consolidação de seus principais interesses. É precisamente quando ingressa no Ensino Universitário, ao assumir em 1841 a cadeira de História da Universidade de Kiel, que Droysen desloca seus interesses historiográficos, antes devotados aos estudos da Antiguidade, para o âmbito das questões contemporâneas, tal como ocorre com as suas *Conferências sobre as Guerras de Libertação*, publicadas em 1846, que tratam das modernas guerras de Independência. Em seguida, sua transferência em 1852 para a Universidade de Jena irá impor novos rumos aos seus objetos historiográficos³⁰, agora impulsionados em direção ao estudo mais específico da política prussiana, sendo precisamente a partir deste período que inicia as pesquisas que o levarão a publicar, até a data de sua morte, a extensa *História da Política Prussiana*,

²⁸ Na parte do *Grundriss der Historik* que aborda a “Tópica”, isto é, os modos de apresentar a História, Droysen acrescenta comentários sobre os objetivos da categoria narrativa que ele denomina “biográfica”: “mostrar como o gênio de uma personalidade de história [isto é, o espírito que o move: a nacionalidade, por exemplo] determinou o seu agir e seu sofrer desde o começo, como se manifestou e se testemunhou a si mesma simultaneamente” (DROYSEN, 2009, p.81).

²⁹ “Cada época é um complexo de concretizações de todos seus poderes éticos, não importando a intensidade ou a carência de sua fragmentação, ou o quanto o mais elevado ainda está envolvido pelo mais baixo (o Estado em forma de família, etc)” (DROYSEN, 2009, p.58). Em outra passagem, Droysen registra: “O mundo ético é, em seu momento de constante mutação, uma confusão caótica interminável de negócios, estados de coisas, interesses, conflitos, paixões, etc.” (DROYSEN, 2009, p.61)

³⁰ Foi, aliás, a sua posição com relação aos fatos políticos de sua época – particularmente a adesão à causa da unificação alemã, o que leva Droysen a abandonar Kiev, uma localidade na qual perdera força o projeto da unificação alemã sob a égide prussiana, em favor de Jena. As escolhas de Droysen relacionadas aos próprios cenários acadêmicos em que poderia desenvolver sua produção historiográfica, portanto, em muitos casos mostram-se desdobramentos de suas posições políticas em relação às questões de seu tempo.

com seus 14 volumes. Como recompensa aos serviços que prestava ao Estado-Nação como ‘historiador da política’, em 1857 Droysen foi nomeado historiógrafo da Casa Real de Brandenburgo, o que exemplifica isto que era tão comum nesta época: a assimilação dos historiadores profissionais aos quadros dos estados-nação.

É particularmente interessante perceber o contraponto entre os cursos de Teoria da História, que Droysen passa a ministrar a partir de 1857, e que já revelam em muitos pontos uma visão ampla e diversificada da História que mais tarde seria reivindicada por historiadores do século XX como suas (entre os quais os historiadores franceses do movimento dos *Annales*), e a *História da Política Prussiana*, um projeto que Droysen vai adaptando às demandas de sua época. As peculiaridades da política européia na segunda metade do século XIX, em particular o processo da unificação da Alemanha e a guerra franco-prussiana, também contribuíram para favorecer certo padrão de temáticas na historiografia produzida por Droysen. Era preciso, nesta época, tomar uma posição; muitos cobraram de Ranke a responsabilidade pelo famoso “dito da neutralidade”, que parecia propor a figura de um historiador distanciado das questões concretas de seu tempo (o que, tal como vimos, também não corresponde rigorosamente à verdadeira postura de Ranke).

Para além das pressões acadêmicas e da sedução das benesses institucionais estatais, há ainda um outro aspecto que pode favorecer o redirecionamento ou as escolhas de determinado historiador em relação a certo campo temático. As facilidades de produzir um bom trabalho, o acesso a arquivos e fontes de determinado tipo, o diálogo com uma rede historiográfica local já amadurecida em torno de determinadas questões contam-se entre os fatores que podem levar um historiador a fazer suas escolhas. No caso de Droysen, é oportuno lembrar que, ao se tornar historiógrafo oficial da Casa de Brandemburgo em 1877, este historiador alemão conquistou um acesso irrestrito aos arquivos prussianos. A sedução de trabalhar com um universo ainda inexplorado de fontes – a mesma que já vimos em Ranke ao descobrir o arquivo italiano ainda inexplorado das *relazioni* (relatórios secretos dos “embaixadores” venezianos) – deve ter atuado como um fator irresistível para o pesquisador Droysen. Ser o primeiro garimpeiro de determinada mina documental mostra-se com frequência um apelo particularmente forte para diversos historiadores. Desta maneira, os caminhos de um historiador não são apenas definidos pelas pressões externas que contribuem para fechar o seu universo, mas também pelo fascínio pelos horizontes que o abrem. Esta complexa

dinâmica entre pressões e expansões, entre fechamentos e aberturas, apresenta grande repercussão na operação historiográfica.

A trajetória de Droysen nos revela algo sobre os limites temáticos da historiografia do século XIX, com exceção das reflexões que vinham se desenvolvendo ao nível de uma nova teoria da história pelo Materialismo Histórico, que obriga o olhar do historiador a se voltar para instâncias econômicas e sociais, e também ressalvadas algumas exceções como a do historiador Jacob Burckhardt (1818-1897), já bem direcionado para estudos históricos da Cultura. O que se favorecia essencialmente no século XIX – o que recebia incentivos concretos – era uma ‘História (da) Política’ – da grande Política, entenda-se bem – e não ainda uma História Política no sentido moderno, esta que, a partir das últimas décadas do século XX, constituiria o que se passaria a denominar como uma Nova História Política.

Droysen, enfim, foi simultaneamente um historiador de seu tempo e um inovador capaz de se situar na crista da onda das transformações que se tornaram possíveis a um paradigma em curso: o Historicismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENTIVOGLIO, 2009. “Apresentação” in: DROYSEN, Johann Gustav. *Manual de Teoria da História*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CALDAS, Pedro Spinola. *Que significa pensar historicamente – uma interpretação da teoria da história de Johann Gustav Droysen*. Rio de Janeiro: PUC, 2004 [Tese de Doutorado].
- CARLYLE, Thomas. *História da Revolução Francesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1961 [original: 1837].
- CARLYLE, Thomas. *On Heroes, Hero-Worship and the Heroic in History*. Los Angeles: California University Press, 1993 [original: 1843].
- CARLYLE, Thomas. *Life of John Sterling*. London: Chapman and Hall, 1851.
- CARLYLE, Thomas. *History of Friedrich II of Prussia, called Frederick The Great*. London: Elibron, 1990 [original: 1858-1865].
- DILTHEY, Wilhelm. *Introduction to the Human Sciences*. Princeton: Princeton University Press, 1991. (1º volume da Introdução ao estudo das Ciências do Espírito, 1883)
- DROYSEN, Jodann Gustav. *Historik: Vorlesungen über Enzyklopädie und Methodologie der Geschichte*. (org. Peter Leyh). Stuttgart: Fromann-Holzboog, 1977 [em português: *Manual de Teoria da História*. Petrópolis: Vozes, 2009 [original: 1881-1883],
- DROYSEN, Gustav. *Geschichte des Hellenismus*. 3 vols. Berlin: Bayer ed, 1998 [original: 1836-77]
- DROYSEN, J. G. *Das Leben des Feldmarschalls Grafen York von Wartenberg*. 2 vol. Berlin: Veit & Comp., 1854 [originals: 1852-53].
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1989 [original: 1953].
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. 9ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008. [original: 1960]
- GRONDIN, J. *Introdução à hermenêutica filosófica*. São Leopoldo: Unisinos, 1991.
- HUMBOLDT, Wilhelm Von. “Sobre a Organização Interna e Externa das Instituições Científicas Superiores em Berlim” in CASPER, Gerhard e HUMBOLDT, Wilhelm Von. *Um mundo sem Universidades?* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.
- LAW, Chris. *Compreender Gadamer*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- NIPPEL, Wilfried. *Johann Gustav Droysen: Ein Leben zwischen Wissenschaft und Politik*. München: Beck, 2008.
- SIMIAND, F. Méthode historique et science sociale. *Annales ESC*. N°1, jan/fev 1960 [original: Revue de Synthèse, 1903].
- SOUTHARD, Robert. *Droysen and the Prussian school of history*. Lexington: The University Press of Kentucky, 1995.
- THIERRY, Augustin. *Lettres sur le histoire de France*. Paris: Le Courier Français, 1820

AS IDEIAS DE PROGRESSO NO SETOR AGROPECUÁRIO SERGIPANO¹

Lourival Santana Santos

Doutor em Geografia Agrária pela Universidade Federal de Sergipe

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe.

E-mail: lsantanasantos@ufs.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma contribuição para a História do pensamento das elites agrárias de Sergipe na segunda metade do século dezenove e início do século vinte. Discute-se o papel desempenhado pelo Imperial Instituto Sergipano de Agricultura e pela Associação Sergipana de Agricultura. Nas páginas do Jornal o Correio Sergipense, nas atas do Imperial Instituto Sergipano de Agricultura e na Revista Agrícola, eram enfatizadas questões referentes às necessidades do setor agrário como: ensino agrícola, melhorias de estradas, colonização, inovações técnicas e ordenamento do trabalho. O artigo mostra que, para os representantes das elites agrárias sergipana, o futuro e o progresso do Estado dependiam do desenvolvimento e aperfeiçoamento da lavoura. As ideias de progresso defendidas para o setor agrário eram vistas como um movimento natural e capaz de resolver os problemas materiais, naturalmente sem reformas estruturais.

Palavras-chave: Progresso, Elites Agrárias, Inovações técnicas.

ABSTRACT

This article presents a contribution to the History of the thought of the agrarian elites of Sergipe in the second half of the nineteenth century and beginning of the twentieth century. This paper discusses the role of the Imperial Sergipano Institute of Agriculture and of the Sergipana Association of Agriculture. The newspaper, the *Correio Sergipense*, the minutes of the Institute and the the magazine "Agriculture" all emphasize questions concerning the needs of the agricultural sector such as: agricultural education, improvements of highways, colonization, technical innovations and the organization of work. The article shows that, for the representatives of the agrarian elite of Sergipe, the future and the progress of the State depended on the development and improvement of farming. The ideas of progress defended in the agrarian sector section, were seen as natural and capable of solving material problems without structural reforms.

Key words: Progress, Agrarian Elites, technical Innovations.

¹ Este artigo é parte do capítulo VI da tese de doutorado intitulada: *A Produção do Espaço Agrário Sergipano-Estruturação e Arranjos (1850-1925)*, defendida no Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. José Eloízio da Costa (2011).

O século XIX foi o século da grande imigração e da abolição da escravidão, do empobrecimento da aristocracia nordestina e do enriquecimento da aristocracia paulista. No nível social, o Brasil passava por um processo de mudanças que se refletia, na transição do trabalho escravo, para o trabalho livre.

Economicamente, com o desenvolvimento do capitalismo industrial, a modernização do Brasil se faz sentir através da construção de estradas de ferro, sistema bancário, introdução de máquinas e do relativo crescimento industrial.

Em Sergipe, as dificuldades que a Província enfrentava eram as mais sérias e de difícil solução. A cultura canavieira, seu principal esteio econômico, estava em crise, pois, “os engenhos já não apresentavam perspectivas alegremente consumadas dos lavradores [...] o assucar sem preços nos mercados consumidores”(A Reforma. Aracaju, Ano III, nº 108, 27 de janeiro de 1888).

A crise, em verdade, era nacional, porém sentida mais profundamente pela pequena geração de recursos. A concorrência do açúcar da beterraba e conseqüente baixa dos preços do açúcar de cana, as secas constantes, a diminuição dos próprios provinciais, o decréscimo das rendas sobre os escravos em decorrência das leis abolicionistas e emigração da mão-de-obra para o sul cafeeiro foram alguns dos fatores que aceleraram as dificuldades econômicas que a Província enfrentou nesses últimos anos do segundo reinado. O algodão deixara marcas importantes nos anos de 1860 e começo da década de 1870. Desde então, perdera seu mercado externo e procurava adaptar-se às necessidades do mercado interno. Havia uma desarticulação das estruturas produtivas.

É nesse contexto de crise que membros das elites agrárias passaram a assimilar a ideia de progresso, vinculando-o a questão da necessidade de inovações técnicas para a agricultura, a questão da mão de obra e da colonização, como formas de tirar a agricultura do abismo em que se encontrava.

Por outro lado, convém lembrar que o século XIX foi marcado pelo Liberalismo triunfante, principalmente a partir da segunda metade do referido século, com o triunfo do cientificismo através das influências do positivismo no sentido da substituição do pensamento abstrato pela razão e do evolucionismo embasado no “princípio do progresso contínuo e da evolução social” (RIBEIRO JÚNIOR, 1982, p. 39), onde as ideias vinculadas a Ordem e ao Progresso são assimiladas por diversos setores da sociedade. Nesse sentido, de acordo com Rosemeire

Aparecida de Almeida (2006, p. 57), o Positivismo, ao apropriar-se da ideia de ordem e progresso como algo inerente à sociedade, percebia que o homem, “tem História, porque é um herdeiro, e que dentro da ordem e somente pelo legado recebido, é capaz de experimentar o progresso”.

As elites agrárias e as ideias de progresso

Em 1860, numa visita à Província de Sergipe, o Imperador D. Pedro II criou o Imperial Instituto Sergipano de Agricultura, a exemplo daqueles criados em outras Províncias como Pernambuco e Bahia. No dia 2 de dezembro de 1860, em sessão solene foi instalado o Instituto com a presença de vários membros da aristocracia sergipana. Assim, por conta da crise que afetava a agricultura sergipana, os seus dirigentes viam no Instituto “o único remédio prompto, e mais fácil para conjurar os males que estão eminentes a lavoura”(APES, A1, v. 01 – Ata do IISA).

O Imperial Instituto Sergipano de Agricultura continha, no seu estatuto, objetivos bem definidos e inovadores, cujos capítulos mais relevantes reproduziremos abaixo:

Capítulo I: Do fim do Instituto e sua organização

- 1) O IISA fundado na capital da Província de Sergipe por S.M. o Imperador, sob sua imediata proteção, tem por fim animar e desenvolver a lavoura da Província, já diretamente pelos meios a seu alcance, já indiretamente auxiliando o Governo geral e Provincial em tudo quanto possa concorrer para este fim.
- 2) O Instituto deverá em proporção com os seus recursos:
 - I. Fundar escolas e estabelecimentos normais em que se ensinem os princípios e ensaem os sistemas mais convenientes de cultura da terra e sua preparação, os métodos que possam melhor concorrer para aperfeiçoar o fabrico dos produtos agrícolas, fazendo às expensas suas a introdução de máquinas e instrumentos que facilitem o trabalho e melhorem os processos até agora empregados;
 - II. Estudar por si e por meio de comissões suas nos diferentes pontos da Província, os meios de facilitar o transporte dos gêneros para seus principais mercados [...];
 - III. Formar e rever anualmente a Estatística rural da Província, acompanhando-a de uma memória em que se exponha o estado da agricultura, as providências que deve tomar para combater as moléstias do gado, animais e aves domésticas, quais os remédios aplicados, que melhores resultados praticados apresentarem: o abandono, decadência e progresso dos estabelecimentos rurais mais importantes; as causas permanentes ou

transitórias de decadência ou progresso da agricultura nos três anos anteriores: finalmente tudo que possa interessar a lavoura.

IV. Criar e manter um periódico, às expensas suas, que exclusivamente trate de agricultura.

V. Mandar vir novas sementes, renovos de plantas já cultivadas na Província e de outras que devem ser introduzidas, novos animais ou pouco conhecidos ou de melhores raças, e distribuí-los pelos fazendeiros e lavradores;

VI. Cuidar da substituição de braços necessários à lavoura já por maio de máquinas e instrumentos apropriados, estudando e ensaiando o sistema de colonização nacional e estrangeira que pareça mais profícuo.

Através dos artigos iniciais do estatuto do supracitado Instituto, pode-se perceber ideias inovadoras e progressistas como: fundação de escola agrícola, introdução de máquinas para melhorar a produção agrícola e a substituição do braço escravo pelo trabalhador livre. Aliás, essas ideias vão aparecer constantemente nos relatórios dos Presidentes da Província e em artigos divulgados na imprensa periódica.

Assim expressava-se o Presidente Thomaz Alves Júnior:

Espero que todos os ilustres filhos de Sergipe a quem tal notícia chegar se apressem em me comunicar que aceitam e querem valorosamente coadjuvar a empresa altamente progressista e garantidora da propriedade desta Província” (APES, A1, v. 01 – Ata do IISA)

O Presidente apresentava um otimismo com o Instituto, acreditando que este prepararia “o caminho da regeneração do progresso da agricultura”. Criticava a escravidão, pois a via como uma forma retrógrada de relação de trabalho, já que esta ia de encontro às leis do progresso:

A família brasileira horrorizava-se quando via os efeitos da escravidão sobre a moralidade e educação de seus filhos; o brasileiro não sentia menor que outro qualquer o efeito da lei bárbara que separa o homem em senhor e escravo (APES, A1, v. 01 – Ata do IISA).

A saída para evitar os males da escravidão no discurso progressista era a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre através da colonização. O trabalho livre de colonos era visto como um sistema harmonioso no qual estes, além de viver em harmonia com a natureza, teriam a propriedade de fato da terra. No entanto, entendiam que antes da colonização deveriam solucionar as questões que entravavam a agricultura e, para isso, seria necessário: 1)

Ensino e melhoramento no trabalho do campo; 2) Conhecimento das terras devolutas; 3) Melhoramento das vias de comunicação; 4) Expansão do crédito.

Na sessão extraordinária da Assembléia Geral, realizada em 20 de fevereiro de 1863, o Presidente do Instituto o Dr. João Mendonça, expôs a situação em que se encontrava a agricultura sergipana, ou seja, o seu estado de decadência. Nessa reunião, foi proposto pelo Presidente que o Instituto dentro da proposta de modernização adquirisse um aparelho para o fabrico do açúcar bruto, porém, a ideia não floresceu.

Em outra sessão, datada de 24 de março de 1868, sob a Presidência do Barão de Estância, foi proposta a aquisição de uma propriedade para instalação de uma escola teórica e prática. Aprovada a ideia por unanimidade, foi adquirido, com recursos do Instituto, o engenho Patrimônio.

A ideia de instalação da referida escola não floresceu, pois onze anos depois, em junho de 1881 propunha novamente o Barão de Estância, “O estabelecimento de uma escola ou fazenda modelo que tenha por fim facilitar o ensino prático e profissional, aproveitando-se para esse mister o engenho Patrimônio pertencente ao Instituto”.

Ainda, por deliberação nesta mesma assembléia, estabeleceram-se:

- 1) A fundação da escola modelo;
- 2) A promoção dos meios necessários a fim de que o Instituto possa mandar vir instrumentos aperfeiçoados para serem distribuídos pelos lavradores;
- 3) A fundação de uma revista agrícola.

Infelizmente, a documentação pesquisada não nos possibilitou ver o desfecho dessas ideias, isto é, se realmente os objetivos do referido Instituto foram colocados em prática. No entanto, percebeu-se a preocupação das elites com questões que afetavam os seus interesses, a exemplo da crise verificada no setor agrícola, a carência braçal para a lavoura principalmente depois da epidemia do Cólera Morbus – a qual, como vimos anteriormente, dizimou grande parte da população escrava –, como também a necessidade de melhorar os sistemas de produção com a introdução de maquinários e melhorias das estradas para o escoamento dos produtos agrícolas.

Paralelo ao discurso percebido na documentação referente ao Imperial Instituto Sergipano de Agricultura, os relatórios Presidenciais e os jornais da época, a exemplo do Correio Sergipense, apresentavam em suas páginas um conjunto de ideias que comungavam com o discurso “progressista” da elite agrária – naturalmente, de acordo com os seus interesses.

Em ofício ao Presidente da Província Dr. Manuel da Cunha Galvão, o secretário de Governo Guilherme Pereira Rebello relatava a situação que passava a agricultura sergipana e observava que por conta da crise,

Vemos os povoados atulhados de ociosos e mendigos pedindo por esmolla o pão que seos braços lhes poderião dar com abundancia, a população dos campos emigrando para as cidades em busca do trabalho ou do pão, que sua incúria e indolência lhes recusarão, nossos campos tão férteis convertidos em desertos, nossas planícies apresentando o aspecto medonho da esterilidade (Relatório do Presidente da Província Manuel da Cunha Galvão em 16 de agosto de 1859).

O secretário apontava várias causas responsáveis pela crise como: a preguiça, a indolência, incúria; ignorância dos criadores, maus métodos adotados na criação e cultura dos campos; péssimas vias de condução; falta de braços; desonra em que é tida a cultura exceto a da cana; defeito da legislação. Tais fatores constituíam-se em entrave para o progresso da agricultura. Sobre a primeira causa, culpava a população pela crise na produção e, conseqüentemente, a carestia dos gêneros alimentícios. Culpava o dirigente a ociosidade da população sergipana, entendendo que o mal que afligia a agricultura sergipana estava no horror que o trabalho causava ao povo “entregue aos seus instintos de indolência e a quem a lei não força ganhar o pão da vida com o suor do seu rosto”. Também culpava a ignorância da população que não adota métodos modernos para obter colheitas mais abundantes:

Desconhecem os methodos mais expeditos de amanhar e fertilizar a terra, assim como de semear, tratar colher e conservar; que desconhecem os methodos mais adequados para a criação de gado (Relatório do Presidente da Província Manuel da Cunha Galvão em 16 de agosto de 1859).

As péssimas vias de condução constituíam-se também em causa da crise na agricultura, péssimas estradas, falta de canais. As despesas para condução da produção ao mercado elevavam os preços dos produtos, principalmente aqueles responsáveis pela subsistência da população. Por conta das péssimas vias de comunicação o gado por exemplo:

Que os sertões remettem para os mercados estão sujeitos a uma infinidade de males. Obrigados a transporem a distância de muitas léguas não chegam as feiras, senão diminuídos de um terço ou de um quarto; porque no inverno morrem afogados nas passagens dos rios e no verão morrem a sede ou ao cansaço (Ibid).

Entendia o secretário que uma das saídas para melhorar a produção era incentivar a pequena lavoura, pois, no seu entendimento, se a agricultura era a principal fonte de riqueza pública, por que discriminar os pequenos produtores? O que se via na Província era um preconceito contra a pequena lavoura em favor, principalmente, da produção açucareira. A pequena produção dos gêneros alimentícios trazia, portanto, como consequência o aumento dos preços. Por último, chamava a atenção para a necessidade de uma legislação que regulamentasse o trabalho impedindo a ociosidade, o que denota um certo preconceito em relação à população trabalhadora, típico da ideologia das elites provincianas em relação aos “reais motivos” do atraso na produção de alimentos em Sergipe. Ou seja, mesmo que existisse essa preocupação na necessidade de estimular a pequena produção, ainda assim os valores inculpidos desfavoráveis à massa de trabalhadores rurais eram evidentes.

Portanto, o que se percebe nesse discurso governista era que o progresso também estava aliado à melhoria das vias de comunicação, modernização das técnicas de cultivo e da criação e uma legislação que regulamentasse o trabalho. Aliás, essa questão da regulamentação do trabalho vai estar presente em todo o discurso governista no decorrer do século XIX e início do XX².

O que se nota nos discursos dos Presidentes de Província no que se refere às ideias de progresso, estes sintetizavam o pensamento das elites agrárias. Realmente, as ideias de progresso estavam ligadas, como foi visto anteriormente, à questão da mão de obra e à colonização, à melhoria nas vias de comunicação tanto terrestre como marítima e modernização, ou seja, às inovações técnicas para o setor agrário. Assim, é nos referidos relatórios e na imprensa periódica que estas se apresentavam.

Além dessas questões, uma das necessidades que possibilitaria a melhoria da lavoura era a mobilização de capitais de acordo com o Presidente Manuel da Cunha Galvão. Entendia-se por mobilização de capitais a criação do crédito rural que se constituía na primeira condição para o progresso da agricultura. A Segunda condição era a melhoria das vias de comunicação porque

Qualquer que seja o desenvolvimento do estabelecimento rural, a lavoura sofre sempre d'esde que o produto não pode concorrer rapidamente ao mercado sem a grave despesa de transporte que muitas vezes é tão excessivo

² Sobre a questão da organização do trabalho no início do século XX, vide: PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos (2000). Op, cit, págs. 275-340.

que não anima a produção (Relatório do Presidente da Província Manuel da Cunha Galvão em 16 de agosto de 1859).

Quando da visita do imperador D. Pedro II a Sergipe, novas esperanças surgiram e, novamente, a questão da melhoria das vias de comunicação era enfatizada nas páginas do *Correio Sergipense*:

Estradas não existem na Província, apenas existem picadas e más. As cidades não tem meios cômodos de comunicação entre si e menos os centros de produção com os centros de consumo. Sem estradas, onde os canaes não são de fácil construção, a Província não pode avançar (O Correio Sergipense. Aracaju, Ano XXIII, nº 3 de 16 de janeiro de 1860).

Outra necessidade seria o ensino agrícola, pois “o bom agricultor” deveria ter conhecimento para avaliar a natureza do solo, enfim, de adubá-lo. Chama também a atenção para a diversificação de culturas, a exemplo da França, que apesar do crescimento da produção de beterraba, o cultivo do trigo não deixou de existir. Se a diversificação de culturas fosse colocada em prática pelos agricultores, afirma o Presidente:

Não teríamos de contemplar o lavrador comprando farinha, o feijão e o milho, e outros gêneros alimentícios que não plantão pela ambição desregrada, ou antes pelo desconhecimento de que, não obstante a cultura exclusiva da canna, poderiam amainar terreno para aquella produção (Ibid).

O que se nota no discurso oficial, no decorrer do século XIX era a preocupação dos dirigentes com o estado da agricultura, já que esta se constituía na base econômica da Província. Quando se refere à ideia de progresso, pensa-se inicialmente no desenvolvimento da indústria – que não era o caso de Sergipe, pois, o progresso estava associado à necessidade de exercer um controle maior sobre a agricultura.

Provavelmente, esses mecanismos de controle utilizados pelo Estado tiveram resultados, pelo menos, parciais, como pode-se perceber pela fala do Presidente da Província em 1882, informando que, algumas melhorias tinham sido verificadas na agricultura sergipana graças à “propaganda feita por alguns espíritos progressistas” e, conseqüentemente, “muitos já vão abandonando a rotina abraçando os melhoramentos” (Relatório do Presidente da Província Dr. Herculano Inglez de Souza em 22 de fevereiro de 1882).

Nas páginas do Jornal *O Correio Sergipense*, uma série de cartas publicadas pelo suplente do deputado Tobias Rabelo Leite endereçada ao Presidente da Província enfatizava a necessidade de melhorias para a agricultura sergipana. Defendia as ideias de Progresso e modernização; vinculava a ideia de progresso à necessidade de substituição do trabalho escravo pelo trabalhador livre através da colonização; apontava as causas do atraso da agricultura sergipana por conta da escravidão, dos sistemas arcaicos de produzir o açúcar e a falta de capitais; também, aconselhava o Presidente da província a mostrar aos senhores de engenho as vantagens da colonização, pois se estes assim não procedessem veriam “o abismo” que os esperava (*O Correio Sergipense*. Aracajú, Ano XXII, nº 17 de 23 de março de 1859).

Na terceira carta, continuava Tobias Rabelo a defender a colonização, inclusive orientava o Presidente como seria a melhor forma para promover a colonização, ou seja, cada proprietário deveria contratar no mínimo 60 colonos, o que correspondia à ocupação de 60 tarefas de terra, cuja produção de açúcar correspondia a uma safra inteira com mão de obra escrava. No cálculo do Suplente de deputado a importação de 15 colonos geraria uma despesa de apenas 1:650\$000 réis pagáveis em 4 anos. Enfatizava que “Se os primeiros proprietários forem de boa fé e felizes, estará vencida a primeira dificuldade para realização d’essa ideia que eu julgo salvadora da Província” (*O Correio Sergipense*, de 30 de março de 1859).

Em anexo a essas orientações, Tobias Rabelo elabora uma série de cálculos com relação à introdução de colônias através do sistema de parceria. Apontava várias vantagens para os proprietários. A primeira era a redução do capital empregado para aquisição de escravos e aquele capital excedente poderia ser aplicado na modernização dos engenhos, adquirindo maquinário. Com apenas oito tarefas de terras por colono, o proprietário teria um lucro satisfatório de acordo com o cálculo elaborado por Tobias Rabelo:

15 colonos plantão e cultivão canna para 1800 pães. Toca ao proprietário 1/3
, isto é 600 pães.
600 pães dão 1200 arrobas de assucar branco ou 2400\$
900 arrobas do dito mascavado 1350\$
6 pipas de mel 500\$ (*O Correio Sergipense*. Ano XXII, nº 17, de 2 de abril
de 1859).

Assim, conclui que no sistema de parceria, o proprietário teria um lucro líquido de 2450\$ em 6 meses; ao contrário, se utilizasse o trabalho de 20 escravos e 89 bois não conseguiria 1/3 desse lucro líquido. Além disso, a subsistência estaria garantida, pois os colonos poderiam produzir feijão, mandioca, além da criação de aves domésticas.

No entanto, o que se percebe nas palavras do suplente do deputado não era uma preocupação com a escravidão em si. A preocupação era com melhorias para o setor agrícola, para os senhores de engenho, grupo que provavelmente ele representava. Percebia que a escravidão chegaria ao fim, a começar pela abolição do tráfico intercontinental, sendo necessárias garantias para a manutenção da propriedade. Se no sudeste ensaiavam a substituição da mão de obra escrava, Sergipe não poderia ficar de fora, para não perder o “bonde” do progresso. Entendiam também que a melhoria da agricultura passava pelo ensino agrícola e, nesse sentido, tudo leva a crer que essa necessidade enfatizada, como vimos, no século XIX, através do Imperial Instituto Sergipano de Agricultura, seguiu toda uma trajetória até a sua concretização em 1902. Anteriormente, em 1882, o Presidente da Província de Sergipe, Ingles de Souza projetou uma escola modelo. De acordo com Nascimento (2004, p. 62):

A pretensão do Presidente da Província era formar uma classe de trabalhadores agrícolas familiarizados com os princípios das ciências práticas que concorrem para os melhoramentos da cultura do solo e com o manejo de instrumentos aperfeiçoados para os trabalhos dos campos

Finalmente, o sonho de uma escola agrícola se concretiza em 1902, com a fundação da escola de Tebaiba, cuja área onde estava localizada pertenceu ao engenho Patrimônio que tinha sido adquirido pelo Imperial Instituto Sergipano de Agricultura no século XIX (NASCIMENTO, 2004, p. 73).

O Imperial Instituto Sergipano de Agricultura também pretendia editar uma revista que seria porta voz dos interesses dos agricultores sergipanos, objetivo que não foi alcançado até o momento em que vigorou. No entanto, no início do século XX, as elites sergipanas, vinculadas principalmente ao setor agrário e representadas pela Sociedade Sergipana de Agricultura, criaram a Revista Agrícola, cujo primeiro número foi editado em 15 de janeiro de 1905, sob a direção do Dr. Theodoreto Nascimento, proprietário de engenho e redator principal da revista³.

No seu primeiro número, a revista era apresentada como um órgão,

³ Não foi possível, através da documentação pesquisada, identificar se entre os membros da Sociedade Sergipana de Agricultura havia remanescentes do Imperial Instituto Sergipano de Agricultura ou até mesmo ligações por laços de parentesco.

Empenhado no estudo de tudo que possa esclarecer e resolver os graves problemas que se agitam em torno das classes que defende e que envolvem condições essenciaes de vida e futuro. Em suas colunas transcreverá a theoria e a prática de tudo que houverde mais moderno e adiantado relativo a lavoura [...] de modo a instruir theórica e praticamente o lavrador sergipano (BPED - Revista Agrícola Nº 1).

Uma série de artigos sob o título “A organização do trabalho” fazia a defesa da necessidade de um código que regulamentasse e conseguisse impor a ordem sobre os trabalhadores que eram vistos como “indolentes e desinteressados”, ao contrário dos proprietários e agricultores que tinham “índole activa, peserverante e corajosa”. Os trabalhadores sergipanos eram vistos como indivíduos sem pousada certa, isolados ou em pequenos grupos, andavam pelas estradas, maltrapilhos. Os trabalhadores não tinham pousada certa, dificilmente demoravam em uma propriedade. Essa desorganização do trabalho, na visão da classe dominante era vista como contrária a riqueza pública, medidas deveriam ser tomadas, pois era uma exigência “do progresso, do futuro e da grandeza de Sergipe” (Ibid). Os Estados do Sul são citados como exemplo, pois conseguiram solucionar a questão da mão de obra com relações de trabalho organizadas através da imigração européia e como consequência o crescimento da produção cafeeira. Comparado ao fazendeiro paulista, fazendeiro o sergipano era visto como um escravo, pois enquanto o paulista “reside nas grandes cidades, passeia, diverte-se, viaja pelos paizes estrangeiros”, o sergipano estava ligado à sua fazenda, de onde não pode sair um só instante por conta da desorganização do trabalho.

Em outro artigo, datado de 25 de abril de 1905, são feitos alguns questionamentos relacionados à questão das técnicas utilizadas no setor agrário sergipano e à organização do trabalho:

1. Qual o lavrador de Sergipe, que consegue derrubar, plantar, colher e transportar seus produtos com a necessária oportunidade de modo conveniente?

1. Não é certo que o trabalhador de Sergipe nos impõe alem do preço, serviços feitos com umas enxadas extremamente deitadas, as quais não afroxam o terreno e apenas podam o mato, quando não é somente machucado e dolosamente coberto.

Além desses dois questionamentos, o clima também era culpado pelos males da lavoura sergipana, uma vez que

A chuva e o inverno, o sol ardente do verão, ou simplesmente o orvalho das nossas manhãs de primavera constituem obstáculos aos nossos serviços, dando-nos lavouras doentias, sem rendimentos e muitas vezes productos enfiados sempre depreciados (BPED - Revista Agrícola Nº 8).

Qual seria, portanto, a solução para esses males que afetavam a lavoura sergipana? No pensamento das elites uma das soluções seria a multiplicação de braços através da introdução de colonos europeus ou a introdução de maquinários modernos. Se as dificuldades impostas não fossem solucionadas, inclusive por conta da falta de créditos, a solução seria a regulamentação do trabalho, estabelecendo relações duráveis de direitos e deveres entre trabalhadores e proprietários. Apesar dos problemas apresentados, havia um certo otimismo quanto às soluções apresentadas. Nas palavras do redator,

Essas cousas não surgem da terra por encanto nem são utopias de theoreticos sonhadores, de meros inovadores que só pregam cosas irrealisaveis, não, essas cousas se conquistam pelo trabalho, pela propaganda, pela cohesão dos interessados e pela vontade inquebrantável de progredir, estas cousas existem são palpaveis em toda parte onde o espírito moderno fecundou a iniciativa e o esforço intelligentes, creando a grandeza material [...] (Ibid.)

As angústias demonstradas pela elite agrária sergipana, quanto à organização do trabalho, foram atendidas com a aprovação do Código Rural, em 1905. Nas páginas da Revista Agrícola, o Código foi recebido com satisfação, pois transformou “em realidade uma das mais urgentes aspirações da classe agrícola de Sergipe. Não regatejamos louvores ao Poder Executivo do Estado por mais esse serviço patrioticamente prestado a agricultura de Sergipe” (BPED - Revista Agrícola Nº 16).

O código Rural, realmente atendeu aos interesses das elites agrárias como se pode perceber na apresentação dos seus artigos, principalmente aqueles vinculados aos reclamos vistos até então da referida classe. Os artigos 4º e 5º a definiam como propriedade rural como sendo os bens imóveis, móveis e semoventes, pertencentes a estabelecimentos agrícolas, pastoris ou de indústrias correlativas situadas fora do perímetro urbano. A propriedade agrícola era definida

como todo estabelecimento cujo principal objeto é o cultivo de vegetais de qualquer espécie. Propriedade pastoril seria aquela que tinha como principal objetivo criar e invernar gado de qualquer espécie.

Conforme Memorando apresentado pela Associação Sergipana de Agricultura ao Presidente do Estado Dr. Josino Meneses, a caça e a pesca livres traziam prejuízos aos fazendeiros, pois iam de encontro à ordem e a regularidade do trabalho. Afirmava o memorando:

É pungente e constrictador o espetáculo que continuamente vemos, de indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades, maltrapilhos e esfarrapados [...] se negando por completo aliás a ocupar-se de qualquer outro serviço. Os estragos das culturas, as destruições de matos, os incêndios dos campos, e tantos outros prejuízos que todos sabemos nos atropelam, tem por base o abuso dessa liberdade de que se servem entes malandros e preguiçosos, que preferem a migalha da caça e da pesca ao salário abençoado e generoso que traria o trabalho certo e contínuo (Apud. PASSOS SUBRINHO, 2000, p. 299-300).

O capítulo XV e XVI do código rural preocupou-se com a caça e a pesca, consideradas como fonte de subsistência à margem do mercado de trabalho e causa da desorganização do trabalho na visão dos proprietários. No que se referem à caça, os artigos 151, 152, e 155 estabeleciam:

Art. 151 – Os quadrúpedes e aves selvagens, seja qual for sua espécie, existentes nas mattas, capoeiras ou campos de uma propriedade, fazem parte acessória desta e pertencem ao respectivo proprietário;

Art. 152 – Viola a propriedade particular, quem por qualquer processo caçar ou fizer batida em terra alheias sem prévia licença do respectivo dono;

Art. 155 – Os empregados, colonos ou agregados não poderão caçar nas terras do patrão sem prévia licença deste (Código Rural. BPED - Revista Agrícola Nº 19)

Quanto à pesca, esta era proibida nas águas de domínio particular, exceto com a autorização do dono da propriedade. Proibia, também, “Artigo 161 – As construções de curraes de pesca ou outros quaesquer engenhos”. Para exercer a vigilância, o Artigo 177 do referido código criava a polícia rural que tinha a função de “manter a ordem pública e os direitos das pessoas e das propriedades rurais”. Por estes artigos, simples atividades como caça e pesca eram vistas

pela elite como causas da carência braçal para a lavoura, pois através destas atividades o indivíduo poderia garantir parte da sua subsistência e não se inserir no mercado de trabalho. Na verdade, em Sergipe, no início do século XIX, existia um mercado de trabalho vazio, ou melhor, existia o trabalho, mas, na visão dos proprietários, não existiam pessoas interessadas nele, as quais eram consideradas pela elite como vadias e preguiçosas.

A ideia de inovações técnicas na agricultura era outra bandeira defendida pela Sociedade Sergipana de Agricultura nas páginas da Revista Agrícola. Na Revista Nº 7, de 15 de abril de 1905, foi publicada uma carta enviada pelo redator do Jornal “O Agricultor prático de Pernambuco”, no qual apresentava as vantagens da utilização do arado reversível de disco, utilizado em São Paulo. Conforme o noticiador, eram várias as vantagens da sua utilização: “Bello trabalho em muitas terras poucas trabalhadas, manejo simples, faz um suco mais largo que os até então utilizados”. Outro artigo chama a atenção para os novos semeadores de milho utilizado nos Estados Unidos, mostrando as vantagens da sua utilização, pois

O trabalho foi reduzido ao mínimo. O plantador semeia com uma machina que é a combinação de várias; corta as plantas quando o grão está maduro, ao passo que antes necessitava o auxílio e vários trabalhadores e tinha de andar a pé durante todo o dia [...]Que tristeza para nós outros, ávidos de perfeição, vê cultivar o milho a enxada archaica ou a ponta de chuço como ainda faz em vários logares do interior do Brasil (BPED - Revista Agrícola Nº 13).

Outra novidade agrícola divulgada na Revista foi a Cyclone Seeder, uma semeadora prática e econômica capaz de, com apenas a mão de obra de um homem, semear uma área de oito a nove hectares em um dia de trabalho. Outra inovação divulgada foi o Processo “Hinton-Naudet” para extração do açúcar da cana, aplicado com sucesso na Ilha de Madeira e em Porto Rico. O arado D10MN é divulgado por conta da sua capacidade de arar a terra em tempo hábil.

Na segunda Conferência Açucareira, realizada em Recife, cujo memorando foi publicado na Revista Agrícola, os agricultores e aos sindicatos agrícolas foram orientados a

Vulgarização mais ampla possível de medidas que consagrem a adoção em toda zona assucareira do Brasil, os métodos modernos da cultura da cana, do fabrico do assucar e do álcool e do ensino agrícola, conforme os preceitos

da sciencia e as praticas de centros mais adiantados (BPED - Revista Agrícola Nº 20).

Para os representantes das elites agrárias sergipana, o futuro e o progresso do Estado dependiam do desenvolvimento e aperfeiçoamento da lavoura, especificamente a da cana-de-açúcar, que passava por intensa crise por conta dos incentivos dados pelos países Europeus produtores de açúcar da beterraba. Esses incentivos, aliados ao aumento da tributação sobre o açúcar da cana, eram visto como causa principal. Questionavam se o Brasil deveria aderir a Conferência Açucareira realizada em Bruxelas, que decidiu acabar com os incentivos e reduzir os impostos cobrados sobre o açúcar da cana. É citado um estudo reproduzido pela Sociedade Alagoana de Agricultura, no qual mostra que o açúcar da beterraba tinha um custo de produção mais baixo que o da cana, daí a superprodução no mercado internacional. Era necessário, portanto, que

Os Agricultores sergipanos [...] ligados pelo mesmo ideal comecem applicando a cultura o que sobre ella existe de mais adiantado, transformando o que possuem para fabricação do assucar, por aparelhos mais aperfeiçoados (grifo nosso) e que lhes garantam extrahir da cana tudo que possa ser extrahido della (BPED - Revista Agrícola Nº 02).

Uma das soluções apontadas era, além da utilização do arado e da grade; a introdução de deslocadores para o preparo das terras, com também a seleção de sementes.

Tudo indica que as ideias inovadoras e, conseqüentemente, o progresso corria no Brasil de norte a sul, a exemplo da Sociedade Paulista de Agricultura, que também na sua Revista Agrícola propagandeavam sobre a necessidade de maquinários modernos, novas técnicas de plantio o que possibilitaria o barateamento dos custos. Esse barateamento seria alcançado somente “com o uso de maquinário agrícola, que torna o trabalho humano mais produtivo” (FERRARO, 2007, p. 149).

Da mesma forma que em São Paulo, cuja elite agrária era representada pela supracitada Sociedade, em Sergipe, representantes da referida classe também se entusiasmaram com a chamada agricultura científica e com viagens ao exterior, a exemplo de Theodoreto Nascimento diretor da Revista Agrícola, que após visita a Java, ao Havaí e a Cuba, foi aos

Estados Unidos estudar os aperfeiçoamentos introduzidos no sistema eletrolítico e sua aplicação na produção do açúcar. Ficou muito admirado com referido sistema, pois, permitia,

Obter o succo ou caldo assucarado, seja de beterraba ou de canna, no estado de garapa incolor, completamente purgado de albumina e em ponto de ser desde logo submetido à crystalização – oque representa um aperfeiçoamento de incalculável importância sobre os processos vigentes. Poupa-se assim muito tempo, muitos apparatus, muito combustível, muito pessoal, e, em conclusão muito dinheiro (BPED - Revista Agrícola Nº 14).

Outra bandeira defendida pela Sociedade Sergipana de Agricultura era a necessidade do ensino agrícola. Homero de Oliveira, um dos redatores da revista, fazia a defesa do ensino da agricultura nas escolas primárias, justificando a sua posição ao afirmar que:

O que justifica o nosso atrazo em tudo que diz respeito não só aos diversos ramos da indústria que se prendem a agricultura, como a esta propriamente dita, é a ignorância quase completa, dos mais rudimentares princípios, o desconhecimento absoluto de tudo que se relaciona com a terra, o seu preparo, o seu cultivo, as suas produções (BPED - Revista Agrícola Nº 7).

Cita ainda o exemplo dos Estados Unidos que apresentava resultados satisfatórios com a introdução do ensino agrícola nas escolas primárias, em que a criança adquiriria os conhecimentos rudimentares da agricultura, pois o lavrador desconhecia os princípios científicos da agricultura e, em particular, o lavrador sergipano, pois estava “prezo as práticas do passado, gyra no mesmo circulo estreito de uma rotina, donde não consegue deslocar, nem as lições da experiência, nem o conhecimento seguro do meio em que vive” (Ibid).

Os exemplos de países da Europa e dos Estados Unidos eram enfatizados de forma positiva por conta do desenvolvimento do ensino agrícola. O crescimento da produção do açúcar da beterraba era apontado como um fator que influenciou a criação de escolas agrícolas, cujos professores “percorrem as fazendas, ensinando os lavradores a cultivar a terra, corrigino o seu trabalho”. Por conta do ensino agrícola, o progresso da Itália era visível e o único meio para que o Brasil alcançasse também o progresso era “creando escholas de agricultura”, para o aperfeiçoamento do trabalho. O exemplo dos Estados Unidos também era divulgado como um país que alcançou o progresso graças à criação de escolas voltadas para a agricultura. Conclui

o Redator que a criação de escolas agrícolas seriam um dos fatores, senão o mais importante para alcançar o progresso: “Precisamos de escolas agrícolas porque somente com Ella é que alcançaremos tudo. A escola Agrícola é o primeiro factor do progresso material dos povos”⁴.

Nas páginas da Revista Agrícola, chamavam a atenção dos seus associados sobre vários temas que poderiam esclarecê-los no que se refere a melhorias e inovações para o setor. Distribuíam, gratuitamente, monografias de interesses tanto do setor agrícola como pecuário, a exemplo dos temas: alimentação do vegetal, o gado e a lavoura, preparo do solo, o álcool na indústria, aperfeiçoamento da cultura da cana-de-açúcar, manifesto a lavoura, dentre outros.

Iniciado o século XX, no discurso dos representantes das elites agrárias, além da questão da mão de obra, o controle sobre o trabalhador nacional, a questão do crédito e a crise pela qual passava o setor agrário foi acrescentada a questão das inovações com ênfase na ciência, no sentido de controle das pragas que ameaçavam a agricultura, como também o setor pecuário.

A Sociedade Sergipana de Agricultura divulgava o que se pode chamar de um saber científico com a divulgação de métodos científicos para o setor agropecuário. Aqui, pode-se notar a ciência a serviço do progresso. Preocupados com as formigas que ameaçavam e arruinavam a lavoura, a Sociedade Sergipana de Agricultura chamava a atenção para a necessidade de importação das formigas Cuyabanas, consideradas como o único recurso que possuía a lavoura para acabar com as suas similares: as Saúvas. As referidas formigas criadas nos canaviais em pouco tempo invadiriam os campos “enxotando as cobras e todos os insectos que encontram em sua passagem”. Conclui o noticiador: “elas não mordem são pacíficas”. Tudo indica que o mal não foi resolvido, pois posteriormente noticia a Revista que o combate à saúva era “um dos principais problemas”, muitas são as plantações que elas devastam”.

Um dos males que causava morte do gado bovino, principalmente os bezerros, era a diarreia e, para curá-la, era indicado, em um artigo reproduzido do jornal “Lily”, periódico publicado no Rio Grande do Sul, a utilização do sangue seco, não apenas como um alimento para os bezerros raquíticos, como os atacados por diarreia. Relata o noticiador experiências realizadas com ótimos resultados, sendo indicado como, “Um alimento tonico precioso para os bezerros débeis, e remédio efficaz contra a diarréa e em geral contra todas as perturbações nas funcções digestivas” (BPED - Revista Agrícola Nº 7).

⁴ Grande parte das Revistas a partir do ano de 1907 não apresentava a capa identificadora do seu número.

Assim utilizaremos como referência a data de publicação dos artigos. **Revista Agrícola 17 de novembro de 1907.**

A renovação do gado bovino, com a introdução de novas raças, foi outro tema discutido nas páginas da revista e visto como uma inovação principalmente no que se refere à introdução da raça Hereford, considerada como uma raça “mais rústica, mais resistente, se aclimatar melhor [no Brasil] e não ser muito exigente quanto ao trato”. No caso da vaca Hereford, esta era apresentada, de acordo com experiências feitas por criadores argentinos, tão boa leiteira quanto à da raça Durhan. Os criadores sergipanos foram conclamados a “fazer aquisição de alguns touros”. Chama a atenção para a necessidade de melhorias da alimentação dos bovinos com a introdução de alfafa e milho triturado (BPED - Revista Agrícola Nº 8).

Em um artigo publicado na Revista Nº 11, de 15 de junho de 1905, assinado pelo Barão do Paraná era indicada formas para melhoria do rebanho bovino, tais como:

1. Fazer a seleção interna com a escolha das melhores vacas, principalmente as junqueiras e caracus;
2. Cruzar as vacas com Zebus puros sangues;
3. Cruzar as filhas desse primeiro cruzamento com touros estrangeiros;
4. Nunca cruzar irmãos com irmãs.

Considerações Finais

As elites agrárias incorporaram e difundiram ideias vinculadas às inovações técnicas e, com elas, o progresso da agricultura através de entidades que representavam os seus interesses, a exemplo do Imperial Instituto de Agricultura, no século XIX e a Sociedade Sergipana de Agricultura, no início do século XX. A ideia de progresso incorporava ideias inovadoras, tanto no século XIX como no século XX. A defesa do ensino agrícola, melhorias nas vias de comunicação, a necessidade de inovações técnicas e o ordenamento do trabalho foram bandeiras defendidas pelos representantes das duas instituições mesmo em períodos diferentes. Na verdade, a elite agrária, provavelmente influenciada pelas ideias positivistas e evolucionistas, através dessas entidades, não defendia os interesses de todo o setor agrário e sim daqueles vinculados à grande propriedade. Esta elite defendia a ideia de progresso para o setor agrário, como um movimento natural e capaz de resolver os problemas materiais, naturalmente sem reformas estruturais.

Essas ideias de progresso tinham como base a necessidade do conhecimento científico, a necessidade de divulgar esse saber através do ensino, confundindo-se, muitas vezes, com progresso material e vinculado ao desenvolvimento da técnica e às necessidades econômicas das elites agrárias que

revelam suas aspirações, desejos e contradições. Na verdade, fazem uma releitura da realidade a partir de suas próprias representações que têm a ver com o contexto da época, com a realidade local, com o grupo social a qual fazem parte e o lugar social que ocupam (FARIAS FILHO, 2009, p. 126).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria da Gloria Santana de. *Nordeste Açucareiro: desafios num processo do vir-a-ser capitalista*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/SEPLAN/BANESE, 1993.
- ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: Fundamentos de uma Economia Dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *(Re) criação do Campesinato, Identidade e Distinção*. São Paulo: UNESP, 2006.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE (APES) A1, v. 01 – Atas do IISA.
- DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- FARIAS FILHO, Antonio Vitorino. *O Discurso do progresso e o desejo por uma outra cidade: imposição e conflito em Ipu-CE (1894-1930)*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará., 2009 (Dissertação de Mestrado Acadêmico em História e Culturas).
- IANNI, Octavio. *Origens agrárias do estado brasileiro*. São Paulo: Lael, 1976.
- JORNAL “CORREIO SERGIPENSE”. Aracaju, Ano XXIII –XXIV, 1859 -1860.
- JORNAL “A REFORMA”. Aracaju, Ano III, nº 108, 27 de janeiro de 1888.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil*. 2.^a ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Sergipe Del Rey: população economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho de. *Memórias do Aprendizado: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe*. Maceió: Edições Catavento, 2004.
- PASSOS Subrinho, Josué Modesto dos. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro (Sergipe 1850-1930)*. Aracaju: Funcaju, 2000.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. Tradução de Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- REVISTA AGRÍCOLA. Biblioteca Pública Epifânio Dórea (BPED), Aracaju, 1902 – 1905.
- RIBEIRO JÚNIOR, João. *O que é Positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SERGIPE. *Relatório do Presidente da Província Dr. Herculano Inglês de Souza em 22 de fevereiro de 1882*.
- SERGIPE. *Relatório do Presidente da Província Manuel da Cunha Galvão em 16 de agosto de 1859*.

DIVERSIDADE CULTURAL: O caso brasileiro

Justino Alves Lima

Bibliotecário graduado pela Universidade Federal da Paraíba.
Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo.
Bibliotecário da Universidade Federal de Sergipe.

E-mail: justino@ufs.br

RESUMO

O artigo aborda a questão da diversidade cultural no Brasil a partir de quatro eixos de significação: raça, crença, festividades e culinária. Apoiado em referencial teórico analisam-se as práticas adotadas pelos colonizadores e suas consequências nas comunidades que garantem a diversidade cultural brasileira. Discute a diversidade dentro de uma perspectiva de integração sócio-econômico-cultural que tem no passado e no presente o modelo da diversidade existente no Brasil. Conclui que a diversidade cultural brasileira tem uma marca alimentada por representações simbólicas.

Palavras-Chave: Diversidade cultural. Cultura. Raça. Religiosidade. Culinária.

ABSTRACT

The article addresses the issue of cultural diversity in Brazil in four arenas: race, creed, festivities and cuisine. Theory is used to analyze the practices adopted by settlers and the consequences of such practices for the guaranty of cultural diversity in Brazil. Diversity is discussed within an integrated socioeconomic and cultural perspective that incorporates past and present models of diversity in Brazil. Cultural diversity is a Brazilian trademark fueled by symbolic representations.

Key-Words: Cultural diversity. Culture. Race. Religiosity. Cooking.

CONCEITUANDO A DIVERSIDADE: algumas considerações iniciais

Embora a cultura seja pródiga em termos e conceitos, não existe um conceito corrente do termo diversidade cultural. Nem mesmo dicionários da área, dicionários críticos de políticas culturais, trazem verbete sobre o assunto.

Busca-se então conceituar o termo a partir de leituras na literatura sobre cultura e encontra-se uma diversidade de conceitos. Comumente usa-se o conceito com referência à vida social enquanto o conjunto da vida espiritual com a civilização, que é a unidade histórica, configurando o símbolo da diversidade como o símbolo do pluralismo e da diferença. Aparecem as etnias restritas a seus próprios grupos e com elas as suas manifestações.

Todorov (1993) analisa a relação entre a diversidade dos povos e a unidade humana e admite que a diversidade é infinita e que é preciso distingui-la entre a diversidade do próprio homem (se forma uma ou mais espécies) e dos valores desse homem, se universais (além fronteiras ou globalizados) ou relativos (a um lugar, a um momento da história, à identidade dos indivíduos).

A diversidade cultural pode então ser definida como uma reunião de conceitos como o universal e o local, entre o nacional e o regional, entre a tradição e a modernidade. Com base, então neste conceito, é possível ver o universo da diversidade cultural, especificamente, no Brasil.

Sobre o assunto, Obata (1999) aponta que as sociedades contemporâneas estão marcadas pela diversidade cultural de forma cada vez mais forte e contundente. Para ela, no caso do Brasil, a diversidade cultural é um processo natural da sociedade brasileira: “somos uma sociedade mista, na qual culturas distintas não se justapõem, mas interagem, criando uma nova cultura, uma cultura mestiça” (OBATA, 1999, p. 93).

FORMAÇÃO/FUNDAÇÃO/INVENÇÃO: da Carta de Caminha à imagem digitalizada

O Brasil é diverso por natureza, parodiando a letra do hino nacional que é um dos símbolos da Nação. Ao Brasil três significados já foram dados quanto à sua origem.

Darcy Ribeiro (1985) estudou a sua formação a partir da miscigenação; Marilena Chauí (2001) como fundação; e posteriormente, e de forma paradidática, Eduardo Bueno (1998) como invenção.

Chauí (2001) trata a Nação como uma fundação. E o que é nação? É a diversidade em sua forma total. Para a autora nação é território, densidade demográfica, expansão de fronteiras, língua, raça, crenças religiosas, usos e costumes, folclores e belas-artes. Características entendidas como disposição natural de um povo e sua expressão cultural. Em outro momento, quando trata o conceito de semióforo (significado do que brota) nação simboliza algo de onde “não cessam de brotar efeitos de significação” (CHAUÍ, 2001, p.12).

Ao tratar da fundação do Brasil, Chauí (2001) lança mão do argumento do mito fundador que se sobrepõe à realidade, e no imaginário do povo impõe-se um vínculo com o passado. O mito fundador é a produção de representações que alimentam a formação do povo (determinações econômicas, sociais e políticas) e que passam por transformações – os processos temporais.

As estacas da fundação do Brasil remontam ao descobrimento. Os documentos de Caminha e dos jesuítas avaliam tal fundação.

A formatação da diversidade cultural no Brasil começa com a viagem do descobrimento. Já na caravela de Cabral foram reunidos soldados e marujos europeus, pilotos árabes, astrólogos judeus, intérpretes hindus e nobres portugueses. Essa caravela que reúne diversas etnias aporta em um lugar que depois se sabe viria a ser o Brasil (BUENO, 1988). E logo depois dos primeiros contatos dos descobridores do Novo Mundo um emissário do Rei de Portugal escreve-lhe sobre o que vê. Esse documento ficou conhecido como a Carta de Pero Vaz de Caminha. E pode ser considerado como o primeiro indício da diversidade cultural que formaria o Brasil.

A Carta de Pero Vaz, como é conhecida, ou “A Terra em tal maneira graciosa” título original da carta encaminhada por Caminha a El-Rei Dom Manuel, atravessou os séculos, que separam os dias do descobrimento aos dias da pós-modernidade do século XXI, e é considerado um documento histórico e um documento literário (TERRA, 1969). A Carta revela que Portugal encontrou e deu ao mundo um novo tipo de humanismo.

E não é só a Carta de Caminha que conduz a esta assertiva. As cartas jesuíticas, que figuram entre clássicos etnográficos, um repositório de informações traduzidas para o

espanhol, o latim, o italiano e o alemão, revelam o amanhecer no Brasil. Informações sobre a gente que povoa a nova terra e faz comparações entre os povos do Velho Mundo e do Novo Mundo.

Sendo a fundação da nação um processo simbólico é a Carta de Caminha o instante que origina esse momento, ou seja, o imaginário que consagra a natureza. Está posta, então, a grande questão da diversidade: a identidade cultural.

A identidade cultural está no que Oliveira (1991) denominou “confluência de Brasis”. A confluência é vista na formação das Minas Gerais, por exemplo, quando para o ciclo do ouro houve uma reunião de gente estrangeira e do próprio país. Para lá acorreram nortistas, nordestinos e paulistas, principalmente. Mais um contingente de 800 mil portugueses e 500 mil negros.

Ao lançar-se um olhar sobre a exposição “Negras Memórias, Memórias de Negros”, embrião do acervo do museu do Negro, na cidade de São Paulo, vê-se as bandeiras das etnias negras africanas como significação das identidades regionais e culturais. Ou seja, se constituem em objetos fundamentais na representação de nação. A esse respeito Mauss, citado por Oliven (1992, p.13) diz que a sociedade “tem a bandeira como símbolo, como o clã tinha seu totem”.

A partir dos documentos-cartas legados ao novo país, e observando-se que estes são documentos que registram a fundação do Brasil, o processo continua na formação e outros documentos vão continuar registrando a diversidade.

Documentos que serão preservados em bibliotecas e centros de documentação. Fazendo-se uma digressão histórica sobre as bibliotecas no Brasil, pode-se analisar principalmente dois séculos que são importantes para a continuação da formação da Nação e a continuidade da diversidade fundada. Com as novas tecnologias, novos tipos de suportes informacionais vão surgindo e sendo incorporados por bibliotecas para a preservação de tais documentos.

Hoje se produz documentos digitalizados que vão continuar discutindo a diversidade brasileira. Os acervos formam a base, fazem parte do processo da dinâmica da informação cultural enquanto categorial conceitual no processo da construção cotidiana, pois abordam os processos sócio-econômico-culturais.

Voltando então à questão central, a diversidade cultural, é preciso analisá-la sob a forma de quatro eixos que são: raça, crença, festividade e culinária.

EIXOS DA DIVERSIDADE

A ninguémdade, a despeito de uma sociedade miscigenizada.

Assim como é preciso entender o que é diversidade cultural é preciso entender primeiro a identidade. É preciso dar uma olhada na formação da Nação quando na nova terra aportaram os portugueses. Há uma complexidade nas raízes do país.

O índio foi um dos formadores da sociedade brasileira. O branco e o negro os outros. Assim, o nativo, o africano, e o português vão dar a forma da diversidade. A diversidade cultural muito embora venha desde a colonização, é hoje a marca da sociedade contemporânea; ela está cada vez mais presente.

Ela é resultado da mistura de etnias (brasileiros e portugueses, por exemplo) que segundo Darcy Ribeiro conta com diversos elementos de coesão: a dominação política; a uniformidade cultural do núcleo metropolitano; uma auto-identificação. São os Povos-Novos, ainda segundo Ribeiro (1985), oriundos da conjunção, deculturação e caldeamento de matrizes étnicas muito díspares como a indígena, a africana e a européia.

Essas matrizes étnicas são: o colonizador ibérico; os indígenas de nível tribal e os escravos africanos. A diversidade nasce de forma espúria, pois condicionada pela dominação colonial. Impossibilitada de criar uma cultura original, a sociedade adota ideias, valores e costumes estranhos. Plasmam novos campos de compreensão comuns e co-participados para viabilizar o convívio humano e a participação na vida social.

Essa configuração sócio-histórica brasileira é confirmada pela natureza patriarcal e escravocrata implantada no período da colonização. Para Mendes (2002) é nesse período que a matriz mestiça híbrida sofre acomodação contribuindo decisivamente para a formação da nacionalidade.

Essa matriz mestiça híbrida, o mulato, tem em Minas Gerais o espaço geográfico determinante. É lá que começa o processo de alforria do negro ingressando na categoria de cidadão. O concubinato pregado abertamente no nordeste açucareiro que vai ocasionar a ninguémdade ocorre de forma velada em Minas Gerais. As matrizes culturais indígena, africana e européia entram em conjunção para compor, através da

interação de seus elementos, algumas células culturais novas com respeito às matrizes originais.

Os negros tornaram-se importantes para a fundação do Brasil por acaso. Os índios, os povos aborígenes, eram os candidatos natos aos trabalhos forçados, mas devido a alguns fatores como: a resistência (conheciam todos os cantos e recantos das matas – o que facilitou a resistência), as epidemias (os contatos com o colonizador e suas doenças endêmicas); a mortalidade nos engenhos e fazendas, e a baixa produtividade levaram os dominadores a importar os africanos.

Estes, importados a partir de 1570, e seus descendentes sobreviveram a três períodos de regime de trabalhos forçados, sendo o primeiro no período da colonização, quando se deu a preparação da plantação açucareira. Já em 1620 era maioria (em relação ao escravo índio). O segundo, a partir de aproximadamente 1650, até 1791, quando da exploração das minas ao lado do açúcar. O terceiro, a partir daí até 1888, a economia do café. Acontece então o fim do tráfico escravo e abolição da escravatura.

A existência de raças é um fato desde tempos imemoriais. Bem como que os grupamentos humanos misturam-se entre si. Essa mistura tão característica do Brasil vai formatar uma população originada do cruzamento de raças que confirmam o mestiço – aquele que “é identificado precisamente porque se podem reconhecer os representantes típicos de cada raça” (Todorov, 1993, p.109).

Os jesuítas e os escravos, a formação de um quadro sincrético

A arquitetura religiosa do Brasil agrupa-se em três blocos: jesuítica, beneditina e franciscana. Há uma destinação de altares para santos e raças: para os mulatos a padroeira Santa Efigênia; Nossa Senhora do Rosário e São Benedito para os pretos; Santo Antônio para os brancos.

Essa destinação era bem vista e incentivada pela Igreja Católica uma vez que esta apoiava a empreitada portuguesa e espanhola (os colonizadores) em troca da possibilidade de submeter o escravo ao cristianismo. “Expressar-se na língua do senhor, saber rezar ao Deus dos cristãos e executar um trabalho útil, eis o triplo aprendizado a que deveu submeter-se o escravo” (ARAÚJO; MOURA, 1994, p.37).

Havia uma troca entre a igreja e o senhor. O senhor deixava a igreja catequizá-los, e a igreja ensinava as ‘virtudes’ da paciência, humildade, resignação e submissão. Privações e punições abriam as portas do céu. Houve um projeto cristianizador ibérico. A prova disso é o relato histórico da presença dos jesuítas e padres de outras ordens religiosas que fizeram a história da colonização brasileira.

As religiões sempre sofrem influenciam e influenciam umas as outras. O caso da religião africana é exemplo. Através da colonização sofreu influência do catolicismo. Essa influência que vai aprofundar a diversidade religiosa pode ser observada com mais rigor a partir de um quadro simbólico de maior expressividade para a religião católica: uma Santa Ceia, que tem similar no candomblé e é denominada de Ifê. Se o Brasil é um país de predominância de origem católica, a Santa Ceia aponta para a diversidade religiosa quando funde o imaginário de Brasil, África e seus colonizadores Portugal e Espanha, países católicos. Dentro do Brasil, vamos encontrar um Estado – o da Bahia, que é um exemplo dessa diversidade. A cultura da Bahia prega rituais africanos respeitados pela igreja. Católicos e umbandistas aceitam-se uns aos outros. Observe-se a lavagem da Igreja do Senhor do Bonfim, quando os membros da religião africana prestam suas homenagens a um santo católico. Há na verdade uma mistura de santos. Santos católicos que são professados como santos umbandistas.

O candomblé, religião africana em que as divindades escondiam-se sob os santos católicos, e foi reprimida pelas classes dominantes, eram também protegidos pela elite, que em troca de proteção recebiam votos e outros serviços. A religião negra permeava-se com a elite branca. No caso da Bahia, o candomblé passou a ser aceito e hoje se permeia com a igreja católica, enquanto manifestação cultural de massa.

Quando o escravo chegava ao novo mundo, nesta terra distante chamada Brasil, trazia a sua religião, mas era obrigado a adotar a religião católica ficando então com duas religiões: a da sua natureza e a da imposição. Na verdade, antropólogos e etnólogos atestam que houve uma “ilusão de catequese”, na qual os negros aceitando o catolicismo pregado pelos missionários incorporaram-no ao seu modo de processar a religião não monoteísta. Conviveu então como um politeísta, onde os orixás foram confundidos com os santos.

É exemplar o caso do povo Congolês que adotou como patronos os santos católicos: São Benedito, Nossa Senhora do Rosário dos Negros (que já era padroeira na África, levada

também por colonizadores, no caso os portugueses (RAMOS, 2001). Na Bahia alguns exemplos da associação são tão fortes que o candomblé associa-se ao catolicismo em alguns atos, sendo o mais explícito, e já citado, a lavagem do Senhor do Bonfim (chamado de Oxalá). Alguns outros exemplos: Xangô é Santa Bárbara na Bahia e São Miguel Arcanjo no Rio de Janeiro. São Jerônimo também é Xangô e Santa Bárbara é Iansã, mulher de Xangô. Ogum é Santo Antônio na Bahia e São Jorge no Rio de Janeiro. Iemanjá é Nossa Senhora do Rosário na Bahia e Nossa Senhora da Conceição no Rio. Oxum, na Bahia, é conhecido como Nossa Senhora da Conceição. Omulu é São Bento. Oxossi é São Jorge na Bahia e São Sebastião no Rio de Janeiro. Iroco é São Francisco na Bahia. Ifá representa o Santíssimo Sacramento. Ibeji junto os santos gêmeos Cosme e Damião. Exu é o diabo para os religiosos da grande parte do Brasil.

Nossa Senhora do Rosário é negra na cultura africana, no entanto ela é branca. Como sempre auxiliava os negros, torna-se uma santa negra no imaginário dos escravos. Os Orixás (os santos dos negros) são entidades ligadas à natureza.

Há em evidência um sincretismo próprio do candomblé chamado “candomblé de caboclo”, na Bahia, e “linha de caboclo”, no Rio de Janeiro. É a introdução de práticas fetichistas do ameríndio (índio + colonizador = ninguemzada → brasileiro) às práticas fetichistas dos negros. Desses cultos começam a surgir novas entidades: caipora, caboclinho, curupira, que vão formar um novo amálgama que resulta em manifestações culturais de caráter religioso. Assim como são de origem religiosa o maracatu e a congada, entre outras que têm origem na guerra das penínsulas.

As religiões nativas (ou primitivas que incluem as religiões tradicionais da África) continuam sendo dizimadas pelas grandes religiões universais (que acreditam ter importância para todo mundo e por isso tentam converter as pessoas). No Brasil, considerado uma das regiões onde as crenças nativas eram praticadas em 2/3 da sua área territorial, abrangendo principalmente as regiões Centro-Oeste e Norte, e pequena parte do Nordeste, ela vem sendo diminuída. Ainda no caso do Brasil, uma religião não nativa, mas introduzida, resultou como religião oficial: o catolicismo. Os católicos somam hoje, no mundo, a marca de mais de um bilhão e 150 milhões de praticantes. O Brasil aparece no cenário com uma parcela de mais de 155 milhões de católicos, o que lhe confere o título de maior país católico do mundo. Aos portugueses e espanhóis imputa-se a responsabilidade de tê-lo introduzido na América Latina e na África.

Mas há um crescimento vertiginoso das religiões pentecostais. Assim, no Brasil, convivem, de forma harmônica as religiões primitivas, culto dos negros e dos índios, e as universais, culto dos brancos colonizadores. Candomblé, catolicismo, espiritismo e protestantismo, são identidades culturais que fazem do sincretismo religioso existente no Brasil a marca da diversidade.

Do popular ao erudito: as festas das divindades.

O movimento de 1922, que ficou conhecido como o Modernismo de 22, vem impor uma nova ordem estética, aos movimentos culturais e artísticos, quando busca as raízes nacionais valorizando o que havia de autêntico no país.

É visível a presença do negro em manifestações folclóricas, através de máscaras usadas nos eventos, como as cavalhadas (combates entre cristãos e mouros) e o bumba-meu-boi (boi morto e ressuscitado – ocorre em várias regiões brasileiras nas festas populares de junho e no ciclo do natal).

As manifestações culturais no Brasil são a prova cabal da diversidade quanto a sua pluralidade. Manifestações enraizadas no povo, mas que adquiridas como herança cultural da colonização. Essas manifestações são plurais em consequência da grande contribuição religiosa

A Festa do Divino, conhecida também como Cavalhada, no Brasil mistura Portugal e África. Em São Paulo, a Festa do Divino, com apresentações folclóricas, bonecos gigantes e procissões, marcam a tradição em São Luís do Paraitinga, no Vale do Paraíba, ocorrendo anualmente entre maio e junho. A festa é uma manifestação do catolicismo popular e uma oportunidade que os fiéis têm de homenagearem o Divino Espírito Santo. A devoção religiosa é acompanhada por música e danças como a congada. Há um aspecto culinário que consiste na distribuição de alimentos à população (ESTADO, 2003).

O caso do samba é outro exemplo de apropriação e transformação em símbolo nacional. No início, como produto do morro era perseguido e reprimido. Com o crescimento do carnaval passou da repressão ao apoio. Passou a ser símbolo nacional.

As tapeçarias africanas com seus coloridos fundem-se com o colorido do Brasil. Assim como a madeira que tem um significado representativo para as comunidades africanas, e no Brasil tem o significado da sua origem e da sua primeira perspectiva de submissão com o extravio e tráfico da sua madeira.

As vestimentas de ritual de possessão religiosa, ritual de seus antepassados, fundem-se com os rituais medievais das fadas e bruxas das penínsulas ibéricas e ilhas da Grã-Bretanha.

A Chegança é a mostra da diversidade. Autopopular existente em Sergipe desde os séculos passados reproduz a conquista espanhola, encenando a luta entre mouros e cristãos, que ficou conhecida como a Batalha de Rocesvales, no século VII. O Reisado também encena a luta de mouros e cristãos só que a incorporando ao Brasil como uma representação da guerra entre portugueses e escravos. De um lado, os portugueses com a fé, e do outro, negros e índios com a ignorância (do ponto de vista dos colonizadores).

Os jogos e brincadeiras comuns no Nordeste são também jogos e brincadeiras existentes em vários lugares do mundo. O ioiô e o pião existem na Índia e no Egito. A cama de gato é usada na Nova Guiné.

A Festa no Céu conta que um cágado convidado para uma festa no céu pegou uma carona na viola do urubu. No retorno foi descoberto, o urubu o soltou e ele se espatifou no chão. Nossa senhora desceu do céu e cuidou dele. Reuniu os pedaços e emendou-os; daí a carapaça remendada do cágado. Esse conto é uma versão do folclore brasileiro, mas também é contado na Índia, gravada na Panchantantra, e nos livros de fábulas de Esopo. Há uma versão que conta que o cágado, que vivia em um charco, pediu ajuda a dois amigos gansos para se mudar; o que foi aceito com uma condição: não podia falar durante a viagem. No caminho, aldeões comentaram, ao verem a cena, nunca terem visto um cágado voar, ao que foram retrucados. Os gansos o soltam e ele vira comida na aldeia. Como só Deus pode dispor sobre a vida humana ou animal, Nossa Senhora aparece para salvar e remendar o cágado.

Cultos, lendas e fábulas marcam a diversidade cultural no Brasil enriquecendo as tradições culturais que se manifestam sob a forma de festas.

Das sobras de porco à *nouveul regional*

No Manifesto Regionalista de 1926, Gilberto Freyre chamava a atenção para a culinária que era das mais ricas do mundo na variedade, a culinária que portugueses, africanos e indígenas haviam deixado para o brasileiro como uma das suas melhores e mais valiosas heranças, e que hábitos alimentares, acompanhando cosmopolitismos então em voga podiam descaracterizar (FREYRE, 2000).

Uma pesquisa realizada sobre o que os turistas vêem como o melhor e o pior na cidade de São Paulo, aponta a gastronomia como o fator mais positivo da cidade (os internacionais - 19%; os nacionais - 28%). Ao lado da gastronomia aparecem as opções de entretenimento e cultura. O que prova o caráter de diversidade cultural da cidade para satisfazer os gostos mais variados. Isto acontece pela diversidade de raças reunidas na cidade.

A questão alimentar é um processo natural desde o início do país. A reunião de espécies descobertas e levadas pelos europeus do Oriente e depois trazidas para as Américas, vão dar esse caldo cultural que é a alimentação no Brasil. Assim, aqui se juntaram a mandioca e a pimenta. Mais tarde o macarrão e o tomate.

Daí para uma farra gastronômica foi um pulo: a invasão americana com o *hambúrguer* e a cola; o português com a broa e a sardinha; o francês com o pão e o vinho; o italiano com a massa e o presunto; o chinês com o arroz e a canela; o indiano com as pimentas.

Os traços culturais das classes subalternas são apropriados e recodificados no processo de transformação em símbolos nacionais. Assim, a feijoada um prato de escravos, que utilizavam as sobras dos porcos desprezados pelo senhor passou a ser um prato nacional, um símbolo nacional e não um símbolo da negritude.

Em 1932 um artigo publicado na cidade de New York prevê que 1982 a população se alimentará de pílulas concentrada – era a previsão futurista do progresso tecnológico e científico. Abortada essa previsão alimentar futurista e convivendo-se com outra, que é a questão dos alimentos resultantes da genética alimentar para compensar o preço dos alimentos naturais, surgem duas preocupações: saúde e identidade cultural.

A preocupação com a saúde enquanto manifestação culinária faz parte tradicionalmente de países desenvolvidos associando a alimentação às regras de higiene e de nutrição. Em

alguns países, mesmo entre os desenvolvidos (citam-se França, Itália, Espanha) houve uma preocupação com a identidade cultural quando viram ameaças sobre a tradição culinária.

“O temor do melhor dos mundos da alimentação deu lugar ao dos invasores e a perda da identidade” (HISTÓRIA, 1998, p.844). O ostensivo *hamgúguer* e a inofensiva *pizza* vêm ditando normas alimentares, principalmente nas grandes e médias cidades. Em meio a esse tema da perda de identidade vale considerar um aspecto da proposta de alimentação moderna: a funcionalidade, resultado da indústria de alimentos que vai fomentar um mercado de consumo de massa. Os processos de industrialização e *marketing* tornam-se poderosos e operam em redes de distribuição em escala mundial. Como marca decisiva desse poder introduz-se o *fast-food* (norte-americano), sob forma de *franchising*. Surgem os *food courts* – centros comerciais de alimentação de fórmulas rápidas: *pizzas* e *hambúrgures*, *croissants*, *tortillas* ou tacos mexicanos, *fast-food* chineses, japoneses, gregos. É um conjunto de cozinhas cosmopolitas.

O primeiro grande sucesso de *franchising food* é o McDonalds que impulsiona no mercado o filão *étnic*. Daí surge o Taco Bell, uma rede mexicana que mundializa os tacos. Depois vem a pizza com a Pizza Hut transformando o negócio em verdadeiro *fast-food* (negócio grego-americano).

Na Itália criou-se um movimento (provavelmente nos anos 80), o *slow food*, que existe até hoje e que consiste em defender a tradição culinária local contra a invasão dos americanos. Resistência já vista antes na Suécia no início dos anos 70 contra os “alimentos plásticos” americanos (FLANDRIN; MONTANARI, 1998).

Também nos anos 80 surge o que vem a se constituir nas “ajudas culinárias”, os molhos prontos de várias origens introduzidos pela indústria de conservas. Entra em cena a distribuição em larga escala das técnicas de cozimento a vácuo. O que vai facilitar o trabalho dos restaurantes e dos *chefs* além de possibilitar que cardápios do mundo inteiro sejam degustados como uma receita culinária do *chef*.

Os *Frankenfoods* são assim designados os alimentos ionizados. Em associações organizadas consumidores têm resistido (nos Estados Unidos) contra produtos que sofrem irradiação, mesmo que para uma conservação mais cuidada. *Frankenfoods* é uma corruptela de *Frankenstein foods*.

O Manifesto Regionalista de 1926, por ocasião do Congresso Regionalista alertou o Brasil para que não descaracterizasse por cosmopolitismos desfiguradores o que o país possuía de mais caracteristicamente seu: a culinária. Como cada povo tem suas tradições, cada povo tem a sua culinária. O manifesto tem o mérito de defender uma culinária formatada na miscigenação de raças tão peculiar ao país.

Observe-se que o Manifesto Regionalista tem um forte apelo na formação de uma culinária que foi se avolumando durante o processo de formação da identidade brasileira. O caso da feijoada é exemplar. Surgida por acaso ou por necessidade alimentar (os escravos reuniam em uma panela os restos de porco rejeitado pela casa-grande) é um prato típico brasileiro que tem variações em Estados do país.

Esta diversidade culinária é um atrativo turístico. O nordeste apresenta-se como um modelo; o norte como outro. São Paulo, provavelmente, o modelo mais ampliado dessa diversidade gastronômica. Torna-se fácil entender essa assimilação, principalmente o que acontece na capital, pois, como um lugar de muitos sotaques é um lugar de muitas culturas, o que requer muitas comidas.

Um fenômeno gastronômico surgido nos Estados Unidos e importado para a Europa em meados da última década do século passado cognominado *étnic groceriés*: a reunião de todas as especiarias alimentares do mundo em diversos lugares do mundo. São Paulo pode ser considerada uma grande loja *étnic groceriés*. Mas ao analisar-se do ponto de vista da globalização o fenômeno alcançou o Brasil como um todo. Os *shoppings* que modernamente são o alcance global total, pela oferta de marcas internacionais, revelam-se, também, fora das metrópoles, como a *étnic groceriés* de nossas cidades. É verdade, lá se oferece comida de todas as partes, e em proporção diminuta, quando oferece, a da própria cidade. Assim, nos shoppings de Aracaju (para citar um exemplo da minha vivência) não se encontra caranguejo nem buchada de bode, expoentes máximos da culinária sergipana.

Mas o fator *étnic groceriés* não altera a forma cultural da alimentação local. Nesse aspecto, não existe resistência, há uma acomodação. Jovens que são contumazes consumidores do modo *food* Mc Donald's são também consumidores da culinária local. Em Aracaju, como exemplo, há uma cultura da quebra do caranguejo que se aprende desde cedo. Há um sabor na buchada de bode que dificilmente um jovem (aqui realçado

como elemento mais sensível à investida das *ethnic groceriés*) deixa de saborear. Então do ponto de vista da alimentação, a tradição funciona perfeitamente.

Embora não mude a cultura local, a alimentação mexe com a cultura local do ponto de vista do modismo que alimenta o tecido social. Há importação de *chef*, para deleite das camadas sociais mais abastadas. As semanas gastronômicas se sucedem. Restaurantes com feições e modos completamente diferentes do regional se estabelecem; inclusive com nativos com cursos nos países de origem da oferta gastronômica.

Entretanto, isto não chega a ser um marco local. É o modo de ser de alguns. Para outros a cultura da alimentação regional já consolidada não altera a situação. Há uma convivência harmônica mesmo entre os jovens que, mesmo atraídos pela imagem global, já têm consolidado o significado local.

Outro exemplo nordestino de sucesso na culinária nacional é a tapioca. Um dos produtos finais da mandioca, raiz alimentícia de largo uso na região, tornada conhecida pelos índios e desenvolvida pelos negros, virou, primeiro, uma atração nordestina, para depois se incorporar à culinária nacional, antes, porém um sucesso gastronômico internacional.

Se os Estados Unidos criou a sua *comfort food* um tipo de culinária que busca uma alimentação perdida no tempo; e na Europa batizou-se a *étnic grociere*, no Brasil surge a *nouveau regional*, uma cozinha nordestina com admiradores europeus e que pode ser provada em vários restaurantes do Rio de Janeiro e de São Paulo. É a prova verdadeira e definitiva de uma diversidade culinária brasileira.

CONTEXTUALIZANDO A DIVERSIDADE CULTURAL: considerações finais

O país é pensado do Oiapoque ao Chuí e não há como fugir dessa realidade que possibilita uma diversidade cultural impar. Considerado o maior país católico do mundo, abriga uma nação evangélica, provavelmente a maior fora de um país evangélico; país de uma língua oficial coabita com várias línguas indígenas desde o seu descobrimento e vários dialetos regionais, além dos idiomas estrangeiros das várias colônias estabelecidas no país, como a japonesa a maior fora do país nativo; país de manifestações culturais populares resultantes da colonização e da escravatura tem o samba, o futebol e o

carneval, pensados como marca de expressão nacional, e dividem essa nacionalidade com o boi-bumbá, o maracatu e outras. É um país mestiço, diverso na sua essência.

Uma diversidade que tem raízes na Idade Média. Os colonizadores trouxeram traços, línguas, culturas. Os escravos trouxeram traços, línguas, culturas. Modernamente, escravos hoje são brancos, negros e amarelos. São Paulo junta essa diversidade.

Mesmo conservando as suas culturas todos os países do mundo adotaram a coca-cola e o Mcdonald, que se expandiram globo afora. Europeus consomem latas, frascos e caixas de suco de laranjas americanos e brasileiros. O pão branco tornou-se consumo universal. O café brasileiro e colombiano faz a festa de americanos e europeus, incluindo os britânicos. Os chocolates suíços esbanjam vitalidade em todos os cantos do mundo. Embora haja resistências com o Manifesto Regionalista ou o *slow food*, a diversidade vai coexistir porque a atuação das redes tentando a homogeneização dos costumes faz com que exista o apego à identidade. É o jogo das culturas construindo a diversidade cultural em relação à alimentação e a gastronomia.

Toda cultura possui seus valores básicos que formatam a ação; esses valores tendem a ser definidos em aplicações concretas. Diversidade cultural implica em cultura global. A diversidade cultural é própria do cosmopolitismo.

Como prova de diversidade no Brasil pode-se citar um processo de cultura que acontece no interior paulista, mais precisamente na região do Vale do Paraíba. Lá, os artesãos, chamados de figureiros, têm importância fundamental nesse processo de representação da diversidade cultural como resultado da influência dos padres franciscanos do Convento de Santa Clara em Taubaté. O cotidiano é representado desde os Santos até o pavão, símbolo do artesanato paulista. A diversidade é ratificada na música, nas danças, nas festividades, nos folguedos, nas comidas e na preservação da imagem do cotidiano da população local. É a diversidade cultural brasileira representada no cotidiano de uma comunidade com suas raízes e identidades locais; com seus valores relativos e universais; com representações simbólicas que alimentam a pluralidade, a marca da diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Emanuel; MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *Arthn-brasilianische kultur and zeitgenössische kunst...* São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1994. (Brasiliana de Frankfurt)
- BUENO, Eduardo. *A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. (Coleção Terra Brasilis, v.1).
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 4. reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. (História do Povo Brasileiro).
- ESTADO de São Paulo, O. Apresentações folclóricas marcam o último dia da Festa do Divino. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Geral, Cad. A, p.9.
- FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. 885p.
- FREYRE, Fernando. A culinária no movimento regionalista. In: *Anais do ENCONTRO CULTURAL DE LARANJEIRAS*, Laranjeiras, Se, 2000. Laranjeiras, Se: Secretaria de Estado da Cultura, 2000. p.57-61.
- MENDES, Maria dos Prazeres. Estudos literários: diversidade cultural. *Rev. Mário de Andrade*. São Paulo, p. 39-41, 2002.
- OBATA, Regina Keiko. Biblioteca interativa: construção de novas relações entre biblioteca e educação. *R. bras. Bibliotecon.. Doc.*, São Paulo, Nova Série, v.1. n.1, p. 91-103, 1999.
- OLIVEIRA, Franklin de. *Morte da memória nacional*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1991. 178p.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992. 143p.
- RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2001. (v.1: Etnografia Religiosa).
- RIBEIRO, Darcy. *Os brasileiros: teoria do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Vozes, 1985. v.1.
- TERRA em tal maneira graciosa, a: carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel. In: PAES, José Paulo (Org.). *Grandes cartas da história*. São Paulo: Cultrix, 1969. p. 63-85.
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. V.1.

COMUNICAÇÃO DE PESQUISA

CONFLITOS NA COMARCA DE CARINHANHA: os significados da violência¹

Rafael Sancho Carvalho da Silva

Graduado em História (licenciatura) pela Universidade Católica do Salvador
(UCSAL-BA)

Especialista em História Social e Econômica do Brasil pela Faculdade São Bento
da Bahia

Mestrando em História na Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA)

Email: rsanchosilva@gmail.com

RESUMO

Neste artigo apresentamos uma leitura sobre a violência na comarca de Carinhanha, no sertão da Bahia, a partir de dois casos: os ataques aos soldados que patrulhavam a vila de Carinhanha, em 1876, por um grupo liderado por José de Naninha e o assassinato de José Joaquim Maciel, em 1879, após a invasão do Arraial de Santa Maria, na Comarca de Carinhanha, pelo grupo de Severiano Magalhães.

Palavras – Chave: Bahia, sertão, violência, crime.

ABSTRACT

On this article we provide an interpretation of violence in the comarca of Carinhanha in the backcountry of Bahia. We analyze two cases: the attack against police patrol by José de Naninha's group in 1876; and the murder of José Joaquim Maciel in 1879, in response to the invasion of the small village Santa Maria by forces associated with Severiano Magalhães.

Key-words: Bahia, backland, violence, crime

¹ Este artigo é parte do primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado que ainda está sendo elaborada sob orientação da professora doutora Lina Maria Brandão de Aras no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia.

A violência pode ter diversos significados a depender do contexto no qual esteja inserida. Neste artigo serão apresentados dois casos encontrados nas correspondências de juizes do sertão baiano na segunda metade do século XIX: 1) os “desordeiros” de José de Naninha que atacaram os soldados que patrulhavam a vila de Carinhanha após uma série de incidentes envolvendo membros das forças repressoras nesta vila em 1876; e, 2) a morte de José Joaquim Maciel após a tomada do arraial de Santa Maria (na comarca de Carinhanha) por um grupo armado liderado por Severiano Magalhães em 1879. Portanto, este artigo visa discutir a simbologia da violência na comarca de Carinhanha no século XIX a partir desses dois casos.

A comarca de Carinhanha está situada na beira dos rios São Francisco e Carinhanha. Essa região também é conhecida como Médio São Francisco e se trata de uma zona que faz fronteira com Goiás e Minas. Faz parte do chamado sertão de cima (SILVA, 2000, p. 71–73), sendo que Carinhanha foi incorporada administrativamente à Província da Bahia em 1831. Em 1832, foi elevada a categoria de vila e, em 1873, foi elevada à categoria de comarca (PINHO, 2001, p. 35 – 37).

A oposição entre sertão *versus* litoral fazia parte das considerações saquaremas sobre o que era “bárbaro” e “civilizado”. Por isso, durante o período em que o Império estava sendo forjado, houve uma preocupação das elites em organizar o aparato político-administrativo hierarquizado para garantir o funcionamento dos mecanismos de difusão da “civilização” e da “ordem”. Ilmar de Mattos, através da observação sobre os meios de transporte esclarece a oposição entre o sertão e o litoral, segundo a ótica saquarema:

Se a população do “sertão” se distinguiu pela barbárie, a “sociedade do Litoral” caracterizava-se por uma civilização, acreditando-se que tal se devia, em larga medida, aos contatos desta última com as nações civilizadas, das quais distava apenas cinquenta dias, já o sabemos. Num contraste evidente, a precariedade das comunicações entre o “Sertão” e o Litoral: em meados do século, no momento em que eram construídas as primeiras ferrovias e rodovias na província do Rio de Janeiro e os vapores começavam a ligar de modo regular as capitais provinciais litorâneas à Corte, eram gastos ainda três meses para ir do Rio de Janeiro à capital da província de Goiás e cerca de cinco para atingir a de Mato Grosso; e embora já se utilizassem barcas e outros tipos de embarcações para a navegação fluvial, o lombo das mulas ainda era o meio de transporte mais difundido, para mercadorias e pessoas – penosamente! (MATTOS, 2004, p. 46)

A violência era vista como um elemento vinculado à barbárie. No final dos anos 1870, o Juiz de Direito da Comarca de Urubu,² Pedro Carneiro da Silva, descreveu a situação de sua comarca com relação a criminalidade e a execução da lei, onde a maior dificuldade para a execução do seu trabalho estava na falta de educação doméstica e religiosa, bem como na falta de instrução primária da população local. Esse último fator contribuía, segundo ele, para o alto índice de criminalidade e para as complicações na execução das suas atividades como juiz. Pedro Carneiro da Silva considerava o crime como uma constante na vida dos sertanejos:

Quando um espírito desejoso do progresso de seu país, olha com atenção para o estado de barbaria a que está reduzida a população que habita os sertões e as margens do Rio de São Francisco, e vê como conseqüência deste estado, filho da ignorância resultante da falta de instrução a mais rudimentar, não pode deixar de atribuir logo, ou de reconhecer que a normalidade da vida desses povos outra não é que não a freqüente existência de crimes, de desassossego e de mal estar. E defeito, não se pune aqui a vigésima parte dos crimes cometidos. A justiça é impotente: faltam-lhe os meios; a ignorância a força mais valente das sociedades semi-bárbaras e selvagens, sub-julga, doma e aniquila a partícula centésima da instrução que o acaso deparou ou arremessou nesses centros. (Arquivo Público do Estado da Bahia – Doravante APEB. Seção Provincial e Colonial. Maço 2623)

Para a elite saquarema, o Império teria na agricultura o motor de aproximação das “Nações Civilizadas”. Para isso, era necessário impor padrões de moralidade e disciplina para a sociedade, principalmente as classes subalternas, bem como conter os costumes que provocassem revoltas e/ou violência a ponto de causar qualquer situação que ameaçasse a unidade do Império. Para garantir a unidade do Império e a continuidade dos privilégios da classe senhorial era necessário forjar não só o Estado Imperial através da hierarquização de estruturas do aparato repressivo e judiciário, como também, fazer valer uma série de concepções de mundo sobre o que era “bárbaro” e “civilizado”. Segundo Mattos, as forças políticas e sociais predominantes no Império deveriam efetuar, através da Coroa, uma expansão de costumes e regras para garantir a unidade territorial. Por causa disso, apenas uma classe social ilustrada era considerada capaz de gerir o Estado (MATTOS, 2004, p. 97).

² A comarca de Urubu era vizinha a de Carinhanha. Urubu estava ao norte de Carinhanha, também na beira do Rio São Francisco.

Os dois casos que discutiremos neste artigo permitem analisar a simbologia da violência em duas situações um pouco diferente. São eventos que não representaram nenhuma ameaça à unidade imperial, porém nos é permitido analisar a simbologia de algumas punições e a falta de credibilidade do aparelho jurídico imperial para reparar afrontas. Esta falta de credibilidade pode ser somada com a necessidade de responder a tais ofensas sofridas por indivíduos que se sentiram humilhados pelas ações de soldados que abusaram do status da função e da farda.

Os Desordeiros de José de Naninha

No dia 25 de março de 1876, o juiz José Marciano de Campos enviou uma correspondência para o presidente da província onde relatara os ocorridos das noites de 21 e 22 de março de 1876. Nesse evento algumas figuras se destacaram, mesmo que seus nomes não tenham surgido nos documentos com exceção de alguns poucos como José de Naninha. O juiz considerou os eventos da última noite citada como os mais graves prejudicando a ordem de um lugar cuja população, nas palavras da nossa autoridade, era pacífica (APEB, Seção Provincial e Colonial. Maço 2341).

No final da tarde, início da noite de 21 de março daquele ano, numa casa que vendia “espíritos fortes”, um soldado discutiu com um indivíduo que era amasio de uma negra (dona do estabelecimento). Após algumas ameaças de um contra o outro, o soldado deu voz de prisão, o que não foi muito bem aceito pelo paisano que, por sua vez, saiu ferido da luta contra o soldado. O paisano tentou tomar o sabre, mas ficou machucado após alguns murros e um golpe com uma colher que o soldado havia conseguido pegar no momento da briga. As informações sobre os envolvidos, aparentemente param por aí. Não sabemos ao certo se eles estavam envolvidos com os eventos posteriores, porém tudo foi relatado numa mesma missiva.

A luta pode ser entendida como uma forma do paisano ter reconhecimento público da manutenção de sua honra. Não descartamos que havia diversas possibilidades para o confronto ter sido deflagrado: insultos contra a masculinidade, dívidas e defesa da propriedade e honra. A luta é uma forma de reconhecimento público para demonstrar a capacidade de defesa de determinados valores. Martha Santos ao analisar a manutenção da propriedade e os conflitos no sertão cearense nos inspira para tais conclusões:

Os processos crime também destacam que alguns sertanejos achavam que o reconhecimento público de sua capacidade de defender a honra, e por extensão, sua propriedade, com violência, iria mitigar ou aplacar os interesses de outros de usar a terra ou os recursos que eles consideravam seus e proteger suas famílias de “faltas de respeito.” (SANTOS, 2010, p. 72)

Voltemos ao nosso caso: na manhã seguinte ao conflito exposto, uma meretriz apareceu, na frente do juiz José Marciano de Campos, se queixando de que fora agredida por outro soldado – os dois (soldado e meretriz) foram encaminhados ao delegado. Mal o delegado havia concedido as devidas punições e tomou conhecimento de alguns boatos acerca da insatisfação da população local sobre os acontecimentos:

O Delegado ainda bem não tinha podido tomar verdadeiro conhecimento destes factos para punir os delinquentes, conforme merecessem, já percebia conversas de pessoas dizendo que era desaforo paisanos apanharem de soldados e açulando [*danificado*] agredir os soldados que encontrasse, e espancal-os ou matal-os, que era voz que corria. (APEB, Seção Provincial e Colonial, maço 2341)

Observando a movimentação, o delegado prontamente reforçou as patrulhas, pois havia a possibilidade de alguns praças serem agredidos em decorrência dos fatos ocorridos. Ao anoitecer, a escuridão tomou conta da vila de Carinhanha e formou o cenário para que grupos de paisanos revoltados com as atitudes dos soldados começassem a atacá-los. Os soldados, no primeiro conflito, enfrentaram os paisanos que estavam armados com porretes e facas nas ruas escuras da vila de Carinhanha. Desconfiados de novos ataques, um dos soldados apitou pedindo reforços. O sargento comandante do destacamento foi ao encontro dos soldados para ajudá-los e a recepção foi feita com um golpe de porrete desferido por um dos paisanos. Os golpes contra o sargento continuaram e, segundo o juiz, ele ficou gravemente ferido. A vida do sargento foi salva após a intervenção do soldado Barreto, que conseguiu defendê-lo do agressor. O juiz não poupou elogios ao ato de Barreto chamando-o de corajoso.

Estava difícil para identificar o agressor do sargento por causa da noite, porém durante a luta ele (o agressor) foi ferido gravemente com um golpe de sabre permitindo, assim,

ter pistas sobre quem seria um dos membros dos agressores. Assim deduziu-se que era José de Naninha. O delegado, ao saber dos acontecimentos, partiu para prender aquele que era apontado como o delinquente e autor daqueles atos. Um novo conflito aconteceu quando o delegado chegou na rua em que morava José de Naninha, afinal seus familiares estavam armados e resistiram às investidas das forças repressoras. José de Naninha e seus parentes fugiram; o juiz apontou o delegado como o responsável por acalmar a situação que seria muito pior se ele não tivesse presente. Em seguida, os soldados foram recolhidos ao quartel.

No dia seguinte, o juiz José Marciano recomendou que os soldados ficassem recolhidos e que apenas as patrulhas e o delegado fossem para as ruas. Afinal, os soldados estavam indignados e o clima de tensão entre estes e os paisanos ainda era preocupante. A presença do delegado seria para conter tanto os soldados como a população, demonstrando que a presença da autoridade estava ali para que “inspirassi [sic] confiança e tranquillidade ao povo, e os desordeiros se contivessem em devido respeito” (Idem). O juiz ainda recomendou que o efetivo fosse aumentado de 20 para 25 praças, ao menos momentaneamente.

A ordem e a tranqüilidade pública poderiam ser alteradas pelas ações dos membros do aparelho repressor (responsável por manter a ordem e a tranqüilidade pública). O conflito entre José de Naninha e os soldados demonstra que nem sempre as normas impostas pelo Estado imperial, ou seus agentes, eram aceitas. Isso talvez não seja nenhuma novidade, mas devemos lembrar que foi tomado um posicionamento político contra a opressão imposta às classes subalternas. A recusa em aceitar que um elemento representante da ordem do “litoral” pudesse infringir as normas da população local demonstrando a negação do abuso do poder e descrença de outros meios legais para reparar os atos dos soldados. Ou seja, o conflito também apontava para a falta de credibilidade das instâncias burocráticas do Estado que ficou agravada pelo fato dos soldados serem os responsáveis pelas agressões.

O abuso de poder era considerado um crime público segundo do *Código Criminal* onde no Título V – “Dos crimes contra a boa ordem e administração pública” – na seção V – “Excesso ou abuso de autoridade, ou influência proveniente do emprego” – destacamos dois artigos em que os soldados envolvidos no caso exposto poderiam ser enquadrados:

Art(igo) 144. Exceder á prudente faculdade de reprehender, corrigir ou castigar, offendendo, ultrajando ou maltratando por obra, palavra ou escripto algum subalterno, ou dependente, ou qualquer outra pessoa com quem se trate, em razão de officio. [...] Art(igo) 145. Commetter qualquer violência no exercicio das funcções do emprego, ou a pretexto de exerce-las. (FILGUEIRAS JÚNIOR, 1876, P. 157 – 158)

Mesmo com o *Código Criminal* apontando uma situação contra os soldados e favorável aos paisanos, os conflitos não foram evitados. A dificuldade de acesso ao aparato jurídico, bem como a necessidade de devolver a afronta sofrida levou as pessoas ligadas a José de Naninha a agir da forma exposta. Martha Santos explica que a dificuldade ocasionada por uma série de fatores poderia levar aos conflitos entre proprietários de terra, sejam eles pequenos ou grandes proprietários. Semelhante motivação levou José de Naninha e outros atacarem os soldados que faziam a ronda naquela noite fazendo valer a manutenção da honra que havia sido ferida.

Uma série de condições, incluindo custos elevados de taxas e advogados, analfabetismo e falta de acesso ao aparelho judicial, impedia que os pequenos proprietários conseguissem usar o sistema de justiça civil para apresentar suas queixas ou defender-se das acusações que se levantavam contra eles nas cortes criminais. Assim, a reputação de ser um homem honrado transformou-se em um dos instrumentos principais que as famílias pobres usavam para tentar manter o domínio sobre suas terras e outros recursos. (SANTOS, 2010, p. 73)

Também não podemos descartar a solidariedade presente no momento do revide. Um grupo foi formado para atacar os soldados. Assim, negava-se não só a autoridade e o respeito como afirmavam serem os soldados os responsáveis pelos próprios fatos. José de Naninha e seus familiares foram apontados pelo juiz como os “desordeiros” responsáveis pelas agressões. Se considerarmos que esta era a ótica de quem fazia parte da estrutura imperial interessada na manutenção da ordem, devemos lembrar que naturalmente Naninha e seus familiares seriam apontados como os agressores desconsiderando assim a afronta sofrida pelos paisanos. De agredidos, eles passaram a agressores ao tentarem revidar um insulto sofrido. Não devemos pensar nesses eventos como uma forma das classes subalternas atentarem contra a ordem imperial, mas contra

aqueles que romperam a ordem construída socialmente ou contra a ordem do direito costumeiro ali estabelecido.

Severiano Magalhães e a Morte de José Joaquim Maciel

Em 1879, a comarca de Carinhanha passava por momentos tensos com a circulação de bandoleiros ligados aos ataques a algumas vilas na província de Minas Gerais. Entre esses indivíduos causadores de preocupações estava Severiano Magalhães. Segundo o juiz Catão Guerreiro de Castro, Severiano Magalhães invadiu o arraial de Santa Maria onde roubou, matou e destruiu casas. O roubo de Severiano foi calculado pelo juiz em torno de 20 contos de réis.

O arraial de Santa Maria possuía uma importância comercial para a região. Muitas embarcações tinham neste arraial passagem obrigatória. No início da década de 1880, Durval Vieira de Aguiar registrou sua passagem no citado arraial e o mesmo possuía um comércio bastante movimentado e freqüentado por barcos de todas as procedências (1979, P. 28). Com certeza, Santa Maria era importante para a comarca de Carinhanha e para lá Severiano seguiu com seu grupo.

É importante destacar que no mesmo período da invasão de Santa Maria circulavam pela região outros bandoleiros como Chico Rocha e Inocencio Braulino, que eram acusados de envolvimento nos ataques à Januária, na Província de Minas Gerais. Quem registrou algumas informações sobre esse ataque foi Teodoro Sampaio que indiciou Neco como responsável pelos ataques à Januária – ao sul de Carinhanha, já em Minas Gerais e próximo à fronteira baiana – com um grupo armado de mais de duzentos homens (2002, P. 148 – 156). Neco, Chico Rocha e Inocencio Braulino pertenciam à mesma parcialidade, formando um grupo com jagunços que atacaram Januária e Carinhanha. A eles também estava ligado o nosso personagem: Severiano Antonio Magalhães.

Voltando ao ataque de Severiano Magalhães, além da quantia citada Severiano também roubou o 1º suplente de Delegado, Paulo Moreira dos Santos, e a coletoria. Também foi o responsável por derrubar duas casas e por matar duas pessoas. Na correspondência em que Catão Guerreiro de Castro relata esta situação, apenas é destacado alguns

detalhes de uma das mortes que foi a de José Joaquim Maciel. O juiz informou que não tinha maiores informações sobre a outra morte.

José Joaquim Maciel era um eleitor e suplente de delegado, que iria participar da votação para 3º suplente de delegado. Segundo o juiz, Maciel foi castrado, esfaqueado, degolado e privado de sepultura. Um membro do bando ficou tomando conta do corpo para que não fosse enterrado. O delegado chegou a enviar uma pessoa para fazer o enterro, porém foi em vão, já que havia um jagunço tomando conta do corpo para impedir que fosse levado para uma cova. O corpo acabou sendo comido pelos urubus. (APEB, Seção Provincial e Colonial, maço 2341)

O detalhe da correspondência referida é a ordem das ações descrita na correspondência e, assim, analisaremos: 1) o ato de castrar Maciel pode ser interpretado como violação do corpo e negação da masculinidade ao retirar o órgão responsável pela reprodução e que representaria a masculinidade do indivíduo. Isso era parte da punição provavelmente pelas posições tomadas por Maciel contra alguém da parcialidade ligada à Magalhães. O ato de castrar foi uma forma de punir comumente usada no cangaço do período de Lampião. Segundo Frederico Pernambucano de Mello, as formas de punição do cangaço eram a partir da “transposição da subcultura cangaceira de procedimentos empregados pelo vaqueiro no dia-a-dia do trato com o gado.” (2004, P. 60) Portanto, o mesmo procedimento utilizado com o gado estava sendo aplicado para castigar Maciel.

Segundo Luiz Bernardo Pericás (2010, p. 103), açoites, castrações e amputações eram castigos comuns no período colonial e imperial. Como já citamos um pouco acima, no período de Lampião no cangaço tais punições continuavam a persistir. Mesmo que elas tenham deixado de fazer parte dos critérios de penalidade do Estado, socialmente continuava sendo aceita e executada por alguns grupos, principalmente como demonstração de força.

Após a castração, Maciel foi esfaqueado até a morte; aí vem a segunda etapa da análise do assassinato. 2) Após matar seu inimigo, Severiano Magalhães tomou o cuidado de deixar um jagunço com ordens de impedir que o corpo fosse enterrado. O corpo deveria ficar ali até ser comido pelos urubus. Numa sociedade predominantemente católica isso representava um rompimento com alguns costumes cristãos. Não que Magalhães estivesse rompendo com a fé cristã, mas ele estava negando o direito dos ritos da fé à Maciel. O corpo ficou exposto aos urubus sem direito a ser velado e, logicamente, sem

receber a absolvição póstuma. Foi negada a homenagem póstuma ao defunto, um rito presente no cristianismo desde a Idade Média, mesmo sendo ritos civis (a princípio):

(...) os ritos da morte da alta Idade Média eram dominados pelo luto dos sobreviventes e pelas homenagens que prestavam ao defunto (elogio e cortejo). Os ritos eram civis e a igreja não intervinha senão para absolver: a absolvição antes da morte e *absoute* póstuma, de início aparentemente mal-diferenciadas. (ARIÉS, 1981, P. 172)

No século XII, o corpo morto passou a ser insuportável à vista. O morto precisava ser ocultado. Assim, José Joaquim Maciel não pode ter seu corpo ocultado e, muito menos, pode receber a *absoute* póstuma e as homenagens no velório. A punição durou até depois de morto através da humilhação a partir da cena dos urubus comendo os restos mortais de Maciel. Muito provavelmente esta punição era uma manifestação de poder e um alerta para as consequências àqueles que abraçassem a parcialidade oposta à Severiano Magalhães. A sequência da descrição na correspondência mostra as etapas dos castigos sofridos por Maciel que, como exposto, foi até depois da sua morte, tendo o corpo como a representação do indivíduo que continuava sendo punido.

Ainda em outra correspondência podemos conhecer o repertório de punições de Severiano Magalhães. Segundo Catão Guerreiro de Castro, numa correspondência datada de 28/12/1879, além das mortes de alguns indivíduos – entre eles Maciel – Severiano teria mandado cortar os dedos de morador com golpes de facão (APEB, Seção Provincial e Colonial, maço 2563). Perpetuar o medo através da violência era uma forma demonstrar a fragilidade da parcialidade política adversária com intuito provavelmente de voltar à trama das relações de poder local. Severiano Magalhães foi suplente de juiz municipal e delegado em Rio das Éguas. Sua saída do cargo ocorreu acompanhada de uma série de denúncias de irregularidades e abusos como a venda de escravos para proprietários mineiros sem pagar taxa de exportação, separar uma escrava de suas filhas menores de 12 anos de idade e abrir correspondências públicas e particulares sem as devidas autorizações.

Considerações Finais

A violência no sertão poderia ser causada pela insatisfação com o comportamento de indivíduos ligados às autoridades, como os policiais. A reação popular poderia ser interpretada como uma ameaça da “escória da sociedade” à ordem da “flor da sociedade”³. Mesmo que um grupo fosse liderado por um membro da classe dominante, determinadas ações eram vistas como típicas de indivíduos que dificultavam a difusão da “civilização” e da “ordem” da “boa sociedade” imperial ameaçando, assim, a unidade territorial e a continuidade dos privilégios da classe dominante.

Parte dessa violência usava a linguagem da valentia que, por sua vez, era uma forma de negar as concepções de justiça presente no Estado Imperial, cujo vínculo estava com as noções de liberdade, moralidade e civilidade da classe dirigente. A violência não era apenas um pretexto das correspondências de juízes para buscar recursos para construção de cadeias ou para reforço das tropas locais visando garantir a eleição de indivíduos ligados ao mando local. Ela era uma forma de impor o medo, de fazer a justiça dentro da concepção daqueles que não concordavam com os meios oferecidos pelo Estado imperial. Também era um mecanismo de afronta ao poder público estabelecido, assim como demonstração de virilidade ou insatisfação com o poder estatal. Era através da violência que se castigava alguém da parcialidade adversária negando o poder do grupo adversário com demonstração de força ainda maior através das punições.

O exposto não corrobora com o estigma do sertão como uma região violenta. Apenas trazemos algumas análises sobre dois eventos ocorridos no sertão baiano no século XIX. Nem sempre a violência foi a solução para os problemas dos sertanejos. Luiz Bernardo Pericás chama atenção que o cangaço e os saques de flagelados não eram a principal opção dos sertanejos que viviam o drama da seca. A migração para zonas menos afetadas acabava sendo a principal saída para fugir dos problemas causados pela estiagem (2010, P. 141). As secas ocorridas no século XIX provocaram inúmeros movimentos migratórios de sertanejos para zonas menos afetadas como algumas

³ A escória da sociedade estaria ligada ao mundo da desordem. A Flor da sociedade estaria ligada às camadas dominantes da esfera social no Império. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op. Cit.*

regiões banhadas pelo rio São Francisco e como o recôncavo baiano (Ver GONÇALVES, 2000). Portanto, a violência não pode ser caracterizada inerente à sociedade sertaneja como construído pelo Cinema Novo e a literatura regionalista dos anos 1930. Porém, ela está presente e encontramos situações que nos revelam elementos simbólicos da forma como é executada.

REFERÊNCIAS

Fontes Históricas

- APEB. Seção Provincial e Colonial. Série juízes – Urubu (1829 - 1864). Maço 2623.
- APEB. Seção Provincial e Colonial. Série Juízes – Carinhanha (1875 - 1882). Maço 2341.
- APEB. Seção Provincial e colonial. Série: Juízes de Rio das Éguas (1848 – 1889). Maço 2563.
- FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *Código Criminal do Império do Brazil anotado*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876.

Bibliografia

- AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*. Rio de Janeiro; Brasília: Cátedra/INL/MEC, 1979.
- ARIÉS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.
- GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX*. 2000. 165 p. Dissertação (mestrado em história Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: UFBA, 2000.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. “O eunuco do morro redondo”. In.: *Nossa História*. Ano 02. Nº 13. Novembro de 2004. P. 56 – 60.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PINHO, José Ricardo Moreno. *Escravos, quilombolas ou meeiros? Escravidão e cultura política no médio São Francisco (1830 – 1888)*. 2001. 119 p. Dissertação (mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Salvador: UFBA, 2001.
- SAMPAIO, Teodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. São Paulo – SP: Companhia das Letras, 2002.
- SANTOS, Martha S. Nem turbulentos, nem despossuídos: mudança social, honra masculina e violência sertaneja no interior da província do Ceará, 1845 – 1889. *Revista de História Regional*. Inverno, 2010. P. 50 – 75.
- SILVA, Cândido da Costa e. *Segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCT/EDUFBA, 2000.

RESENHA

PRATA DA CASA¹

Eduardo Lopes Teles

Licenciado em História e Mestrando em Antropologia pela UFS

Membro dos Grupos de Pesquisas História Popular do Nordeste (HPOPnet/UFS)
e Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTS/NEAB/UFS)

E-mail: elteles18@yahoo.com.br

Em 2009, o recém-criado Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Antropologia (NPPA) convidou a antropóloga e Professora Emérita da UFS Beatriz Góis Dantas para ministrar a aula inaugural para a primeira turma de pós-graduandos, que versou sobre a trajetória acadêmica de outro antropólogo sergipano: Felte Bezerra. Embora a velha e básica lição da Antropologia nos ensine que só podemos nos situar no mundo enquanto “eu” a partir de um “outro”, daí ser necessário conhecer esse “outro”, não devemos nos esquecer de quem somos. Sendo assim, nada como começar o primeiro ano letivo debatendo sobre os pioneiros da Antropologia em Sergipe.

Nesse ano, a mencionada professora, em parceria com a professora da UFS e diretora do Museu do Homem Sergipano, Verônica Maria Menezes Nunes, trazia à luz para a comunidade acadêmica a obra *Destinatário: Felte Bezerra – cartas a um antropólogo sergipano (1947-1959 e 1973-1985)*.

Felte Bezerra nasceu em Aracaju, aos 25 de dezembro de 1908. Após atuar no comércio, vai para Salvador, onde se forma em Odontologia em 1934. Atua como professor catedrático de Geografia no Ateneu Sergipense e mais tarde será um dos fundadores da Faculdade Católica de Filosofia, em 1951, peça importante no começo dos estudos superiores em Sergipe. Nessa Faculdade vai ministrar aulas de Geografia Humana, Antropologia, Etnologia e Etnografia do Brasil. Nas fronteiras entre Geografia e Ciências Sociais ele produziu: *Da Terra (1938)*, tese de concurso para professor do Ateneu; *Etnias Sergipanas (1950)*; *Investigações Histórico-geográficas de Sergipe*

¹ Resenha de DANTAS, Beatriz Góis e NUNES, Verônica Maria Menezes (orgs.). *Destinatário: Felte Bezerra – cartas a um antropólogo sergipano (1947-1959 e 1973-1985)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2009. 304 p.

(1952); *Antropologia Sociocultural* (1973); *Problemas de Antropologia – do estruturalismo de Levi-Strauss* (1976); *Problemas e Perspectivas em Antropologia* (1980); *Aspectos Antropológicos do Simbolismo* (1983); *Análises Antropológicas- Estudo Teórico* (1986) e *África Subsaariana* (1988). Felte Bezerra falece no Rio de Janeiro, em 6 de janeiro de 1990, aos 82 anos.

O livro *Destinatário: Felte Bezerra* pode ser dividido em três partes principais. Na primeira, temos uma análise da professora Beatriz sobre a trajetória intelectual de Felte Bezerra, tendo como fontes principais de estudo as missivas que ele recebeu de diversos intelectuais brasileiros e estrangeiros do campo das Ciências Sociais. As cartas apontam para dois períodos de intensa atividade intelectual do antropólogo sergipano (1947-1959 e 1973-1985), captados por Beatriz em seu texto, que, por sua vez, mostra como tal correspondência “é exemplar no sentido de ajudar a desvendar o processo de articulação entre intelectuais de regiões “periféricas” e os grandes centros de produção das Ciências Sociais no Brasil” (DANTAS, 2009, p. 31).

Assim, a antropóloga mostra a relação entre Felte Bezerra e a tríade de professores estrangeiros responsáveis pelo desenvolvimento Ciências Sociais no Brasil. Donald Pierson, Emílio Willems e Roger Bastide atuaram e se destacaram em São Paulo, na década de 1930, “na institucionalização do ensino e da pesquisa, e na diferenciação de disciplinas que formavam blocos ainda indiferenciados e [que], gradativamente, vão se constituindo em campos especializados de saberes e práticas” (DANTAS, 2009, p. 43). Sendo assim, a correspondência de Felte Bezerra com essa tríade será de fundamental importância na elaboração do livro *Etnias Sergipanas* (Aracaju, 1950). É a partir desse livro pioneiro, clássico nos estudos sobre o nosso estado, que o antropólogo se tornará conhecido nacionalmente, a partir da “rede de intelectuais paulistas... e esta nova teia de relacionamentos contribuiu para ampliar sua divulgação, contando também com o concurso de ex-alunos da escola de Sociologia e Política [de São Paulo] que começavam a ocupar espaços acadêmicos” (DANTAS, 2009, p. 69).

Navegando por estas cartas, Beatriz Dantas comenta dois momentos, que ora queremos destacar. Por um lado, a relação de Felte com o grande nome potiguar do Folclore, Luis da Câmara Cascudo. Este “comenta o livro [Etnias Sergipanas] e detém-se na tese da pequena influência dos holandeses em Sergipe, que também era o ponto de vista defendido por Felte” (DANTAS, 2009, p. 99). Por outro lado, Beatriz descobre o silêncio de Gilberto Freyre sobre *Etnias Sergipanas* quando da sua publicação em 1950,

fato que muito magoou o autor. O silêncio do ilustre sociólogo de *Casa Grande e Senzala* e de *O Nordeste*, obras constantemente citadas no livro *Etnias Sergipanas*, “devia pesar mais, afinal fora nele que Felte Bezerra bebera muitas influências” (DANTAS, 2009, p. 110). Apesar disso, Freyre cita Felte Bezerra nas segundas edições de *O Nordeste* e *Sobrados e Mucambos*, em 1951.

Contudo, Gilberto Freyre representa mais que simples fonte de inspiração intelectual de Felte Bezerra. Freyre era o elo do antropólogo sergipano com a Escola Culturalista Norte-Americana. Como o foco central do texto de Beatriz Dantas são as cartas, esse é um viés não explorado, que fica para estudos posteriores: a relação do Felte Bezerra de *Etnias Sergipanas*, com Franz Boas (1858-1942), Ruth Benedict (1887-1948), Melville Herskovitz (1895-1963) e Robert H. Lowie (1883-1957), autores lhe serviam de aporte teórico. Não por acaso, a publicação de *Destinatário: Felte Bezerra*, além de torná-lo conhecido, objetiva suscitar “estudos sobre sua produção antropológica enfeixada em sete livros e em revistas diversas, também sobre variados assuntos de que [Felte Bezerra] se ocupou na imprensa” (DANTAS, 2009, p. 35).

Se no primeiro período de atividade intelectual, o centro dos assuntos nas cartas é o livro *Etnias Sergipanas*, no segundo período vemos Felte Bezerra retomar sua atividade intelectual, procurando “interlocutores especializados que quebrassem o isolamento de sua produção”, após uma década desenvolvendo atividades nos setores produtivos, afastado da vida acadêmica (DANTAS, 2009, p. 127).

As outras duas partes principais em que a obra se divide são as cartas compiladas, no caso das recebidas por intelectuais brasileiros, e as traduzidas do inglês e do francês para o português, no caso das recebidas de intelectuais estrangeiros. Além dos intelectuais missivistas já mencionados neste texto, podemos citar Oracy Nogueira (1917-1996), Edgar Roquette-Pinto (1884-1954), Egon Shaden (1913-1991), Manuel Diégues Júnior (1912-), Vivaldo da Costa Lima (1925-), José Calasans Brandão da Silva (1915-2001), Fernando de Figueiredo Porto (1911-2005), João Batista Perez Garcia Moreno (1910-1976), entre outros. A última parte traz informações sobre a vida e a obra dos que enviaram cartas a Felte Bezerra, o que ajuda o leitor a entender o contexto intelectual no qual o antropólogo sergipano trafegava.

Para encerrar, acrescentamos que as correspondências, como também as diversas fotografias que enriquecem o livro *Destinatário: Felte Bezerra*, tiradas da *Coleção Felte Bezerra* preservadas pelo Museu do Homem Sergipano e agora publicadas, não só

forneem outro ângulo de visão sobre a obra do antropólogo sergipano, como também situam a Antropologia praticada em Sergipe no contexto nacional e, quiçá, internacional. Resta aos leitores, portanto, seguir a oportunidade que a obra nos oferece e conhecer a prata da casa!